



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 22 e 23/XVI/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 273 a 284, 286 a 292, 294 e 295/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 306 a 323, 327 a 333, 337 e 338/XVI/1.^a.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PSD.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do BE,

sobre «Saúde sexual e direitos reprodutivos: menstruação, gravidez e menopausa», foram discutidos e votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [221/XVI/1.^a](#) (BE) — Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho e às aulas, que foi aprovado, [268/XVI/1.^a](#) (BE) — Promove os direitos na gravidez e no parto, que foi aprovado, [269/XVI/1.^a](#) (BE) — Reforçar a saúde, a qualidade de vida e os direitos das mulheres na menopausa,

que foi rejeitado, [274/XVI/1.^a](#) (IL) — Estabelece o certificado de incapacidade recorrente e intermitente, que, a requerimento da IL, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias, [280/XVI/1.^a](#) (PAN) — Reforça os direitos da mulher no parto e no internamento no puerpério, das crianças com regimes alimentares vegetarianos ou veganos e dos jovens com cancro durante o seu internamento, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que foi aprovado, [281/XVI/1.^a](#) (PAN) — Aprova a lei da saúde menstrual, que foi rejeitado, [286/XVI/1.^a](#) (L) — Introduce um regime de faltas justificadas no local de trabalho e em estabelecimentos de ensino quando motivadas por menstruação incapacitante, que foi rejeitado, e [287/XVI/1.^a](#) (L) — Alarga o âmbito da consulta de planeamento familiar, que passa a abranger a saúde sexual e reprodutiva, da puberdade à menopausa e andropausa, que foi aprovado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [302/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiose e que crie uma bolsa de investigação da doença, que foi rejeitado, [303/XVI/1.^a](#) (CH) — Pela proteção da mulher grávida nos cuidados de saúde e no trabalho, que foi aprovado, [325/XVI/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda o reforço do apoio às mulheres com endometriose no Serviço Nacional de Saúde, que foi

aprovado, [329/XVI/1.^a](#) (PS) — Constrangimentos nos serviços de ginecologia e obstetrícia, que foi aprovado, [330/XVI/1.^a](#) (PS) — Pela garantia e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo da vida, incluindo na menopausa, que foi aprovado, e [331/XVI/1.^a](#) (PCP) — Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rita Matias](#) (CH), [Irene Costa](#) (PS), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Sofia Carreira](#) (PSD), [Elza Pais](#) (PS), [Andreia Bernardo](#) (PSD), [Marisa Matias](#) (BE), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Fátima Correia Pinto](#) (PS), [Rui Cristina](#) (CH), [Ana Abrunhosa](#) (PS), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [Sónia Monteiro](#) e [Pedro Pinto](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Paulo Correia](#) (PS) e [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD).

Deu-se conta de três Deputados do PSD, de um Deputado do PS e de um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 59 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Peço às autoridades para abrirem as portas das galerias a quem quiser assistir aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Pausa.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas.

Refiro, em primeiro lugar, as Propostas de Lei n.ºs [22/XVI/1.ª](#) (GOV) — Estabelece medidas de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024 e [23/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova a criação da unidade nacional de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno e regula o novo sistema de entrada e saída para o reforço do controlo das fronteiras externas.

Deram também entrada os Projetos de Lei n.ºs [273/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime jurídico aplicável à compra e venda a granel de produtos alimentícios e não-alimentícios, alterando o Decreto-Lei n.º 138/90, de 26 de abril, o Decreto-Lei n.º 26/2016, de 9 de junho, e o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, [274/XVI/1.ª](#) (IL) — Estabelece o certificado de incapacidade recorrente e intermitente, [275/XVI/1.ª](#) (PSD) — Elevação da povoação de São Salvador de Árvore à categoria de vila, [276/XVI/1.ª](#) (PSD) — Elevação da povoação de Palmeira à categoria de vila, [277/XVI/1.ª](#) (BE) — Impede o apoio institucional à realização de touradas e outros espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais, [278/XVI/1.ª](#) (BE) — Interditada a menores o trabalho em atividades tauromáquicas, profissionais ou amadoras, assim como a assistência a eventos tauromáquicos, [279/XVI/1.ª](#) (PCP) — Alarga o universo de empresas em condições de aderir ao regime de IVA de caixa e protege as micro e pequenas empresas perante situações de «créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa» (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio), [280/XVI/1.ª](#) (PAN) — Reforça os direitos da mulher no parto e no internamento no puerpério, das crianças com regimes alimentares vegetarianos ou veganos e dos jovens com cancro durante o seu internamento, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, [281/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova a lei da saúde menstrual, [282/XVI/1.ª](#) (PCP) — Aprova o regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia, [283/XVI/1.ª](#) (PS) — Regulamenta a arbitragem para a apreciação dos fundamentos da denúncia de convenção coletiva e a arbitragem para a suspensão do período de sobrevivência, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, [284/XVI/1.ª](#) (L) — Progressão salarial dos investigadores e dos docentes universitários mais rápida e justa, [286/XVI/1.ª](#) (L) — Introduce um regime de faltas justificadas no local de trabalho e em estabelecimentos de ensino quando motivadas por menstruação incapacitante, [287/XVI/1.ª](#) (L) — Alarga o âmbito da consulta de planeamento familiar, que passa a abranger a saúde sexual e reprodutiva, da puberdade à menopausa e andropausa, [288/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Boliquireme à categoria de vila, [289/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila, [290/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, [291/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila, [292/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da vila de Almancil à categoria de cidade, [294/XVI/1.ª](#) (PS) — Atualiza o valor de referência do complemento da prestação social para a inclusão, procedendo à sua equiparação permanente ao valor de referência do complemento solidário para idosos, e garante a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e [295/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024.

Deram ainda entrada os Projetos de Resolução n.ºs [306/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo um plano de ação para a renaturalização, gestão florestal sustentável e prevenção de incêndios nas áreas ardidas em Portugal, [307/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a suspensão temporária da atividade cinegética em todas as áreas ardidas e confinantes do território nacional para a recuperação da fauna e dos seus *habitats* naturais após os incêndios florestais e a implementação de programas de alimentação e abeberamento para a fauna selvagem afetada, [308/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no

mês de setembro de 2024, [309/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias junto da Comissão Europeia para assegurar a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia com vista ao financiamento das medidas de resposta aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, [310/XVI/1.^a](#) (PAN) — Pelo reforço do financiamento do Estado às associações humanitárias de bombeiros, [311/XVI/1.^a](#) (PAN) — Pela melhoria das condições de trabalho dos bombeiros voluntários com contrato de trabalho com as associações humanitárias de bombeiros e pela atualização dos respetivos seguros de acidentes pessoais, [312/XVI/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolás Maduro como vencedor das eleições presidenciais e defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e da perseguição política na Venezuela, [313/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda ao alargamento do subsídio de deslocação a todos os professores que se encontrem deslocados, [314/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que cesse com as discrepâncias existentes entre investigadores na FCT, [315/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo o incremento de formação adequada aos técnicos auxiliares não docentes no ensino escolar, [316/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e equidade na carreira docente, [317/XVI/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas de proteção do património nacional e de combate à criminalidade e ao vandalismo contra monumentos históricos, [318/XVI/1.^a](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2023», [319/XVI/1.^a](#) (PCP) — Pela gestão pública da Fundação de Serralves e garantia da gratuidade da entrada em Serralves em todos os domingos e feriados, [320/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um nó de acesso direto à A24 a partir do Núcleo Extrativo da Serra da Falperra, [321/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que assuma a prioridade do desenvolvimento do primeiro porto seco em Portugal, o Porto Seco na Guarda, [322/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a conclusão do IC3, [323/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica, [327/XVI/1.^a](#) (PAN) — Pela valorização dos investigadores e dos docentes do ensino superior, [328/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda a abolição do transporte marítimo de animais vivos para países terceiros no prazo máximo de dois anos, [329/XVI/1.^a](#) (PS) — Constrangimentos nos serviços de ginecologia e obstetrícia, [330/XVI/1.^a](#) (PS) — Pela garantia e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo da vida, incluindo na menopausa, [331/XVI/1.^a](#) (PCP) — Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde, [332/XVI/1.^a](#) (PCP) — Saúde sexual e reprodutiva da mulher, [333/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo medidas de conservação do lobo-ibérico, [337/XVI/1.^a](#) (PAR) — Designação de fiscal único para a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social e [338/XVI/1.^a](#) (PAR) — Designação de fiscal único para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira vai agora dar conta de um parecer que tem de ser submetido à nossa votação. Peço a atenção da Câmara, porque vamos ter de fazer essa votação já.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados é no seguinte sentido:

«A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Flávio Alves Martins (círculo eleitoral de fora da Europa), com efeitos a partir do dia 1 de outubro de 2024, por um período nunca inferior a trinta dias nem superior a cento e oitenta dias, cumpre os requisitos legais, sendo substituído por Paula Maria Nunes de Medeiros (círculo eleitoral de fora da Europa), com efeitos a partir do dia 1 de outubro de 2024, inclusive.»

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos então dar início à nossa ordem do dia, que, por agendamento potestativo requerido pelo Bloco de Esquerda, foi fixada sobre «Saúde sexual e direitos reprodutivos: menstruação, gravidez e menopausa», no âmbito da qual vamos discutir, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 221/XVI/1.^a (BE) — Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho e às aulas, 268/XVI/1.^a (BE) — Promove os direitos na gravidez e no parto, 269/XVI/1.^a (BE) — Reforçar a saúde, a qualidade de vida e os direitos das mulheres na menopausa, 274/XVI/1.^a (IL) — Estabelece o certificado de incapacidade recorrente e intermitente, 280/XVI/1.^a (PAN) — Reforça os direitos da mulher no parto e no internamento no puerpério, das crianças com regimes alimentares vegetarianos ou veganos e dos jovens com cancro durante o seu internamento, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, 281/XVI/1.^a (PAN) — Aprova a lei da saúde menstrual, 286/XVI/1.^a (L) — Introduce um regime de faltas justificadas no local de trabalho e em estabelecimentos de ensino quando motivadas por menstruação incapacitante e 287/XVI/1.^a (L) — Alarga o âmbito da consulta de planeamento familiar, que passa a abranger a saúde sexual e reprodutiva, da puberdade à menopausa e andropausa, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 302/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiose e que crie uma bolsa de investigação da doença, 303/XVI/1.^a (CH) — Pela proteção da mulher grávida nos cuidados de saúde e no trabalho, 325/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda o reforço do apoio às mulheres com endometriose no Serviço Nacional de Saúde, 329/XVI/1.^a (PS) — Constrangimentos nos serviços de ginecologia e obstetrícia, 330/XVI/1.^a (PS) — Pela garantia e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo da vida, incluindo na menopausa e 331/XVI/1.^a (PCP) — Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde.

Vou dar a palavra, para a primeira intervenção, à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 26 minutos, e pedia à Câmara o favor de criar condições para podermos ouvir esta intervenção.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, permita que comece este debate com um outro tema, e que comece por saudar os bombeiros sapadores,...

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... que nos acompanharam sonoramente ao longo desta manhã. Quero garantir, neste debate, que contam não só com a solidariedade do Bloco de Esquerda mas também com o nosso voto em todas as reivindicações que aqui apresentaram, que são mais que justas, tendo em conta o seu importante papel na sociedade portuguesa.

Aplausos do BE.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é verdade que as mulheres vivem mais anos do que os homens, mas, estatisticamente, vivem-nos com pior saúde; em parte porque estão mais sujeitas a diagnósticos errados, tardios e inexistentes; em parte porque o acesso a cuidados especializados é difícil; mas em parte, também, porque o preconceito ocupa todo o espaço que é deixado pela ausência de esclarecimentos e de investimento.

Porque é que «menopausa» continua a ser uma palavra sussurrada, com desdém, e sofrida em silêncio? Uma palavra que nunca foi debatida na Assembleia da República. Porque é que o diagnóstico de endometriose demora de 7 a 10 anos? Porque é que os direitos na gravidez e no parto continuam por cumprir?

Queremos romper o silêncio sobre a saúde sexual e os direitos reprodutivos das mulheres porque as queremos representar, a elas, aos seus problemas, ao que as preocupa e as afeta no dia a dia, e porque sabemos também que o desmantelamento do SNS (Serviço Nacional de Saúde) está a agravar as condições e o acesso das mulheres à saúde — e basta ligar a televisão e constatar que as primeiras urgências a fechar são as de ginecologia e obstetrícia.

Há dias, organizámos aqui, no Parlamento, uma audição sobre menopausa. Ouvimos quem sabe, ouvimos quem nos pode ajudar a encontrar respostas. A essas mulheres, que se mobilizaram, que fazem uma luta social, que trouxeram o assunto ao Parlamento, que chamaram a nossa atenção, devemos muito pela forma persistente

como têm trazido a menopausa para o debate público e lutam para acabar com este silêncio e com esta discriminação. Muito obrigada!

Aplausos do BE.

Digamos as coisas como elas são: a discriminação de género existe e tem impactos muito concretos nas políticas públicas e na ausência delas. O idadismo, a discriminação pela idade, é real e pesa sobretudo nas mulheres. E tudo isto é duplamente sentido nas pessoas racializadas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero).

A forma como a palavra «menopausa» é evitada no debate político, na prática clínica, no dia a dia é o reverso e o reflexo de uma ideia perversamente enraizada na sociedade, que associa as mulheres à sua função reprodutiva e depois as invisibiliza, como se a sua função social se tivesse esgotado, como se o seu corpo deixasse de interessar à sociedade.

«Abandono» foi a palavra escolhida por uma das participantes na audição que fizemos. Um abandono que afeta metade — metade! — da população feminina em Portugal; um abandono que começa nas políticas de saúde.

A menopausa não é uma doença, mas ela pode requerer cuidados de saúde. Um inquérito realizado pela Sociedade Portuguesa de Ginecologia diz que 80 % — 80 %! — da metade da população feminina, repito, 80 %, têm sintomas vasomotores, mas só 7 % farão, algum dia, algum tratamento; 66 % reportam alterações de sono; 24 %, dores na relação sexual; um quarto revelou que a menopausa tem impactos negativos na sua atividade profissional.

Todos estes sintomas têm uma causa, têm uma explicação, têm uma resposta, mas às mulheres não está a chegar informação sobre a sua saúde, nem está a chegar um diagnóstico, e muito menos está a chegar um tratamento que seja acessível.

Porque é que, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o diagnóstico de endometriose demora entre 7 e 10 anos? Porque é que uma doença tão grave, que afeta tanta gente, tantas mulheres, tantas jovens, demora tanto tempo a ser diagnosticada desde a primeira queixa de dores menstruais? Já sabemos qual é a resposta.

Em 2022, chegou à Assembleia da República uma petição que pedia uma estratégia nacional de combate à endometriose. Na altura, o projeto que o Bloco de Esquerda apresentou foi rejeitado pela maioria dos Deputados e das Deputadas do Partido Socialista, mas teve o voto a favor do PSD.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esperamos hoje que o voto do PSD se mantenha a favor e que o Partido Socialista altere a sua posição e possa acompanhar os projetos sobre endometriose, sobre menopausa e sobre direitos no parto.

Aplausos do BE.

Queremos este apoio para criar mecanismos de diagnóstico, de acompanhamento, para participar todas as terapêuticas que sejam recomendadas pelo médico para a endometriose e para a menopausa. Queremos criar direito a faltas justificadas, três por mês, ao trabalho e às aulas, no caso de diagnóstico comprovado de endometriose.

Perguntamos, finalmente, porque é que os direitos na gravidez e no parto continuam por cumprir. Como é que pode haver respeito pelos planos de parto quando não existe sequer a certeza de que a maternidade em que se planeou o parto está aberta quando chegar o dia desse parto?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A culpa é vossa!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nesse momento, a grávida terá de ligar para o SNS24 para descobrir qual foi a maternidade que lhe calhou em sorte — pode ser até de uma instituição de que nunca ouviu falar! E nem

falemos da humanização, que muitas vezes é pouca ou nenhuma, como admitem, aliás, alguns profissionais de saúde comprometidos em alterar práticas que já não deviam existir, mas que persistem.

O quadro de procedimentos desnecessários — humilhações várias, recusa de anestésias, ausência de consentimento —, que se tem designado por «violência obstétrica», é agravado com os encerramentos rotativos das maternidades e o recurso excessivo a cesarianas por conveniência dos serviços. Uma cesariana sem motivos clínicos é apenas um risco maior para as mulheres, e estas práticas estão a aumentar, tanto no privado como no público.

Para alterar uma realidade, é preciso conhecê-la, e, por isso, é preciso termos dados oficiais. Quantos procedimentos desnecessários são feitos? Quantos planos de parto são desrespeitados sem qualquer justificação? Quantos planos de parto são desrespeitados porque as maternidades estão encerradas? Quantos casos há de discriminação agravada por preconceito de género, etnoracial, de idade ou de condição social?

Para além disso, para além da informação, é preciso reconhecer direitos, respeitar planos de nascimento, sancionar práticas inadequadas, e é isso que propomos neste debate.

A saúde sexual e reprodutiva das mulheres, a qualidade de vida das mulheres, independentemente da fase de vida em que se encontram, não pode ser um tabu para a maioria, nem um privilégio de uma minoria esclarecida e com poder de compra. Antes de ser uma agenda empresarial, antes de ser uma nova área de negócio, a saúde das mulheres é um direito social que é indissociável do seu direito à visibilidade, à representação e à igualdade.

Aplausos do BE e do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem três pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, não deixa de ser irónico ouvir a Sr.^a Deputada falar em respeito e em humilhação, vindo da força política que mais não tem feito do que trazer para Portugal a discórdia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... a divisão, a conflitualidade, pegando em causas que são nobres, que são justas, em necessidades reais, manipulando-as. De acordo com o quê? Com a vossa agenda de ódio,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... com a vossa agenda de segregação; e este ódio, nomeadamente, às mulheres. Os senhores devem um pedido de desculpa às mulheres porque marcaram um debate sobre mulheres e, nas vossas peças legislativas, são incapazes de escrever a palavra «mulher».

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

São incapazes de escrever a palavra «mulher»: «pessoas com endometriose»; «pessoas que menstruam ou deixam de menstruar»; «pessoas gestantes vítimas de violência obstétrica». Sr.^a Deputada, são mulheres, e é inadmissível que a Sr.^a Deputada se recuse a dizer «mulheres»! Mulheres! Mulheres!

Aplausos do CH.

Até naquilo em que nós somos vulneráveis, como, por exemplo, a violência obstétrica, o Bloco vem com esta visão marxista de divisão. Quase 50 % das mulheres sofrem de violência obstétrica. Mais de 70 % das mulheres não têm um plano de parto, não conhecem os seus direitos, não têm direito a um parto humanizado.

E do que é que o Bloco de Esquerda nos vem falar, sem ter qualquer tipo de dados concretos e comparativos? Vem-nos dizer, até, que há racismo nos partos...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... e que, portanto, mulheres racializadas sofrem mais do que qualquer outro tipo de mulheres,...

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso está provado!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... trazendo assim um anátema e má fama relativamente a médicos e enfermeiros, que dão o que podem e o que não podem para garantir condições às mulheres.

Aplausos do CH.

E, se mais não têm, foi porque o Bloco de Esquerda, apoiando um Governo do Partido Socialista, levou o Serviço Nacional de Saúde à falência e à má gestão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isto é responsabilidade vossa.

Portanto, as perguntas que tenho para a Sr.^a Deputada são muito óbvias. Em primeiro lugar, quero perguntar se não tem mesmo vergonha por vir falar em mulheres sem ter coragem de dizer que somos mulheres. E, em segundo lugar, já que o seu léxico contaminou as demais bancadas parlamentares,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... diga-me, então, o que é uma mulher, diga-me, então, quem pode menstruar, diga-me, então, quem pode engravidar.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.

Risos do Deputado do BE José Moura Soeiro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás com tiques? Isso és tu que tens, não é a Rita! Mete lá a bandeira!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento também, tem a palavra a Sr.^a Deputada Irene Costa, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Sr.^a Deputada, começo por saudar o tema que traz a debate, pela importância que tem no reforço da saúde e qualidade de vida de todas as mulheres na fase da menopausa, uma fase que é natural, que é inevitável e que exige, por isso, cuidados de saúde adequados e específicos, saudando também todas as mulheres que lutam por esta causa, que é de todas nós.

Este é também um compromisso do Partido Socialista, que, aliás, tem mantido ao longo dos anos um foco em garantir cuidados de saúde com qualidade na saúde reprodutiva, na prevenção da doença e na assistência durante a gravidez e pós-parto, promovendo a saúde e o bem-estar feminino.

Este é o compromisso do Partido Socialista, por isso, concordamos genericamente com a vossa proposta, designadamente no que concerne ao aproveitamento da capacidade de resposta já instalada no que se refere à articulação entre as unidades funcionais do serviço de saúde, nomeadamente, as USF (unidades de saúde familiar) e as UCC (unidades de cuidados na comunidade), que é crucial para garantir uma assistência integrada, aliás, como já acontece com a saúde materno-infantil, uma medida aplicada pelo Partido Socialista que tem resultados muito positivos em termos de ganhos de saúde, devendo, por isso, ser aproveitada a mesma sinergia no que se refere à promoção da literacia e das campanhas de sensibilização e educação.

Sr.^a Deputada, contudo, conforme consta no relatório *Consenso Nacional sobre Menopausa 2021*, a abordagem deve ser personalizada, individualizada, por conta de não existirem ainda dados que suportem os impactos desta medida.

A questão que lhe coloco é se não seria mais prudente, ao invés de se avançar já com uma comparticipação a 100 % de todos os medicamentos, considerar a existência de um período de transição para a implementação faseada da proposta que apresentam, avançar com o alargamento de serviços de saúde sexual e reprodutiva para as mulheres na menopausa, promover e reforçar o acompanhamento das USF e UCC e, desta forma, permitir uma radiografia das reais necessidades das mulheres portuguesas, em termos de sintomatologia e terapêuticas mais adequadas, que nos possibilite uma análise mais fundamentada, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e responsável.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Ana Oliveira, do PSD, tem a palavra para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, ouvi atentamente a sua intervenção, agradecendo também todos os temas que estão em discussão no Plenário de hoje. Fala-se de saúde feminina e da necessidade de intervenção em diversas matérias.

Aproveito também para deixar bem claro que o Partido Social Democrata acompanhou, e acompanha, todas estas questões nas suas diferentes dimensões, sejam elas políticas públicas de saúde adequadas, a sensibilização que combata a desinformação ou a importância de diagnósticos precoces, e, associado a isto, o acesso a cuidados de saúde especializados.

Mas vou-me focar no vosso Projeto de Lei n.º 221/XVI/1.^a, recordando, tal como também recordam no texto deste projeto, que, em 2023, este assunto já foi discutido nesta Câmara, de que resultou uma resolução da Assembleia da República recomendando uma Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e à Adenomiose.

Aliás, lembro também que o PSD, tal como disse, vos acompanhou positivamente no Projeto de Lei n.º 544/XV/1.^a. Ainda assim, o projeto, na altura, foi rejeitado — imaginem só! — com os votos contra da maioria socialista,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — ... os vossos antigos colegas de coligação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Mas volto mais atrás, fazendo referência a 2020, quando também foram aprovadas medidas relativamente a estas doenças.

Portanto, o assunto tem sido amplamente debatido,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — ... tanto por nós como através de petições. Perguntava, portanto, se o Bloco de Esquerda, com o passado que tem,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Passado criminoso!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — ... e vendo o que resultou da solução governativa, vai deixar ideologias cegas e acompanhar o PSD, cujo centro de atuação são as pessoas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acompanhar o PSD?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Agora em português!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra para responder a estes três pedidos de esclarecimento, das Sr.^{as} Deputadas Rita Matias, Irene Costa e Ana Oliveira, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada Rita Matias começa por perguntar o que é uma mulher.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu sugiro à Sr.^a Deputada Rita Matias que pergunte ao ex-líder da Juventude Chega, que disse que as mulheres não tinham apetência para a política, e que depois faça um vídeo no *TikTok* com a resposta.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás a brincar?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Deputada Irene Costa, o Partido Socialista tem muitas responsabilidades neste debate, na ausência de debate e na ausência de respostas até este momento.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Batam palmas agora!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem responsabilidades na degradação do Serviço Nacional de Saúde, tem responsabilidades no modelo das maternidades que encerram rotativamente e que não prestam serviços, tem responsabilidades por as consultas de planeamento familiar terminarem no momento em que as mulheres entram na menopausa, porque, de facto, este assunto não foi tema de debate, não foi tema de diálogo, não foi tema de proposta política.

Neste momento estamos a fazê-lo. Ele está aqui, está a ser debatido, e está a ser debatido com décadas — décadas! — de atraso.

Por isso, acho que o mínimo que podemos fazer é recuperar o tempo perdido e introduzir a questão da menopausa — assim como todas as outras que aqui foram colocadas — no Serviço Nacional de Saúde, garantindo que há consultas de planeamento familiar, que há consultas de saúde sexual e reprodutiva, que essas consultas são adaptadas a cada mulher, que as mulheres são acompanhadas no SNS, mas também que há uma comparticipação dos medicamentos que estão sujeitos a prescrição médica.

Não estamos a falar de outros, estamos a falar de medicamentos sujeitos a prescrição médica, porque corremos depois o risco e o absurdo de ter o mesmo medicamento em dosagens diferentes, em que um é compartilhado e o outro não é compartilhado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Corremos o risco de haver mulheres que, passando por uma situação difícil, física e psicologicamente, de menopausa e perimenopausa, não só não podem aceder a medicamentos porque não têm poder económico para isso, como não podem aceder a consultas especializadas e a acompanhamento especializado.

É disso que estamos aqui a falar. Do que estamos a falar hoje é da saúde — da saúde! — das pessoas em Portugal. É da saúde das mulheres em Portugal que estamos a falar; é da metade da população portuguesa que não consegue aceder, em igualdade de circunstâncias, a cuidados de saúde, a serviços de saúde adequados às suas necessidades.

Eu responderia à Sr.^a Deputada Ana Oliveira se tivesse compreendido o que foi dito, coisa que foi muito difícil.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, é o costume!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Veio falar em ideologia,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E falou muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... pareceu-me que vinha ali daquelas bancadas, e não consegui perceber muito bem qual era o ponto nem o argumento.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 10 minutos.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar o Bloco de Esquerda por ter trazido a debate o tema da saúde sexual e reprodutiva, um tema que, de uma forma geral, nos deve unir a todos.

Na Iniciativa Liberal, reconhecemos a importância de discutir e de melhorar a resposta do sistema de saúde e do Estado como um todo a todas as dificuldades que as mulheres, mas não só, ainda sentem no acesso a direitos básicos que já deviam estar mais do que garantidos. Por esse motivo, acompanhamos, de uma forma geral, as várias iniciativas hoje em discussão.

Um dos pontos fundamentais deste debate está relacionado com a criação de um regime de faltas justificadas por dores ou sintomas incapacitantes. Na Iniciativa Liberal, concordamos com essa necessidade, mas preocupamo-nos um regime que apenas incida sobre mulheres, pois esse regime pode ser discriminatório e contribuir para agravar ainda mais as desigualdades de género que já hoje existem no mercado de trabalho.

Adicionalmente, e compreendendo todas as características de doenças tão graves como a endometriose, não devem os doentes com enxaquecas, lúpus, fibromialgia ou tantas outras doenças igualmente graves, com sintomas igualmente incapacitantes, ter os mesmos direitos?

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — É nesse sentido que a Iniciativa Liberal apresenta uma proposta que acredita ser mais justa e mais abrangente: o certificado de incapacidade recorrente e intermitente. A ideia é criar um instrumento único que reconheça o carácter incapacitante, recorrente e intermitente dos sintomas associados a

algumas doenças, garantindo a todas as pessoas que delas sofrem o acesso a subsídio de doença, sem que tenham de estar sujeitas a múltiplos períodos de espera, como hoje acontece.

Na nossa visão, esta abordagem protege mais o trabalhador, sem invadir a sua privacidade junto das empresas, e assegura um acesso muito mais justo e mais equitativo ao subsídio de doença em situações às quais a segurança social não consegue responder devidamente.

Para terminar, importa recordar que esta nossa proposta não é nova. Na Legislatura passada, apresentámos esta mesma proposta. O Partido Socialista votou contra, o PCP absteve-se. O PSD, que hoje está no Governo, votou a favor. Nesse sentido, porque acreditamos que os Srs. Deputados do PSD continuam a ter a mesma vontade de garantir uma proteção mais justa a todas as pessoas que, por doença incapacitante, não podem trabalhar, vamos, desde já, começar a trabalhar em sede de especialidade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 3 minutos, por cedência de 1 minuto por parte do Partido Socialista.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar o Bloco de Esquerda por ter trazido este tema a debate, um debate que nos permite hoje traçar o retrato de um País que, tantas vezes, não é um País para mulheres.

Trata-se de um País onde a pobreza continua a ter um rosto maioritariamente feminino, porque, além de ganharem menos, as mulheres têm de suportar os custos com os produtos de higiene menstrual, gastando 42 € por ano e pagando 6 % de IVA (imposto sobre o valor acrescentado). Quase 2 em cada 10 mulheres vivem em pobreza menstrual, vivendo a situação indigna de ter de usar papel higiénico ou trapos velhos no lugar de pensos higiénicos.

A endometriose continua, em pleno século XXI, a ser um travão ao progresso na carreira. As mulheres com perimenopausa e menopausa continuam a não encontrar respostas específicas no SNS ou a não ter sequer um local de trabalho adequado em termos de climatização à sua condição.

O respeito pela vontade da mulher no parto continua a ser um desafio, com 1 em cada 10 mulheres a ver o seu plano de parto desrespeitado. Quando tantas vezes se fala em igualdade de género e partilha de responsabilidades parentais, os hospitais do SNS continuam a deixar a mulher sozinha e sem acompanhamento do marido no pós-parto.

Hoje, neste debate, apesar do caminho que já temos feito em algumas destas dimensões, o PAN propõe que se aprove uma lei de saúde menstrual, que acautele estas várias dimensões do período de vida das mulheres e das pessoas que menstruam, seguindo assim os bons exemplos de países como Espanha, França, País de Gales, Escócia ou Japão.

Queremos uma verdadeira carta dos direitos menstruais, que reforce os direitos das mulheres, desde a menarca até ao período que sucede a menopausa. Propomos que se reconheça o direito a uma vivência digna e saudável e à não-discriminação em razão da menstruação, da perimenopausa e da menopausa. Propomos criar o direito à segurança dos produtos de higiene menstrual e o acesso à informação completa sobre a sua composição, algo absolutamente fundamental, quando recentemente estudos da Universidade da Califórnia revelaram que a maioria dos produtos de higiene menstrual, como os tampões, contém metais tóxicos, como o chumbo e o arsénio, que aumentam o risco de cancro e de infertilidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, combater a pobreza menstrual implica garantir o acesso a esses produtos, algo que, para as pessoas em situação de vulnerabilidade económica, não é neste momento possível, atendendo até a taxa de IVA aplicada. Queremos fixar o compromisso de erradicar este flagelo em Portugal até 2035. Procuramos derrubar os estereótipos associados à menstruação, colocando assim uma componente relativa à educação menstrual nos currículos escolares dos ensinos básico e secundário, incluindo a saúde menstrual no âmbito das consultas de planeamento familiar, dos direitos laborais e do acompanhamento no pós-parto.

Finalmente, neste debate, propomos também uma alteração à lei do acompanhamento, não só para permitir que as mulheres e os recém-nascidos possam ser acompanhados no internamento no pós-parto, mas também para assegurar que os bebés das famílias com alimentação vegana ou vegetariana possam ter um acompanhamento igualitário no SNS na fase da introdução alimentar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, as mulheres estão cansadas de promessas e querem mudanças a sério. É por isso essencial aprovar estas leis que o PAN traz a debate e permitir que as demais baixem à especialidade. São pontos de partida, não pontos de chegada. Esperamos construir este caminho em sede de especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos, Caras Concidadãs: Agradecemos ao Bloco de Esquerda a marcação deste debate, que é tão atual, tão urgente, tão necessário, e que tem estado há anos, há décadas e, na verdade, há séculos, escondido do debate público.

Menstruação, parto, amamentação, pós-parto e menopausa são assuntos ainda tabu para tantas pessoas, desconhecidos de tantas pessoas, incluindo aquelas pessoas que os vivem.

A menstruação faz parte da vida de tantas pessoas.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quais pessoas?!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — As mulheres são pessoas, não?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — São mulheres!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Não são pessoas?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Durante anos, metade da população convive com os seus ciclos menstruais, numa realidade que é desconhecida ainda de tanta gente — de muitos homens, seguramente, mas também de muitas mulheres e de muitas pessoas que menstruam.

Quando os assuntos não são falados, discutidos de forma aberta e natural, tornam-se tabus, e a menstruação continua a ser um tabu ou um assunto desconhecido para muitas pessoas.

A menstruação é um processo fisiológico natural que também tem impacto na saúde e no dia a dia das pessoas e que, infelizmente, pode trazer consigo vários outros sintomas, como dor pélvica, cólicas, enxaquecas.

Lamentavelmente, em Portugal, ainda não há dados sobre o impacto da menstruação na qualidade de vida das pessoas, apesar de, em 2022, por proposta do Livre, ter sido aprovado um estudo nacional sobre o impacto da menstruação no trabalho e na qualidade de vida. Não há vislumbre deste estudo, mas sabemos e reiteramos que é urgente que o mesmo seja feito.

Mas há factos que nós hoje conhecemos. Os sintomas relacionados com a menstruação são múltiplos e podem ter vários impactos. Por isso, o Livre apresenta a reintrodução de um regime de faltas justificadas, quer no local de trabalho, quer nos estabelecimentos de ensino, quando acontecem por sintomas incapacitantes relacionados com a menstruação. É uma reintrodução, sim, porque Portugal já teve uma licença menstrual, na década dos anos 80, de dois dias, mas que não era paga.

Ora, tendo em conta o avanço do conhecimento em matéria de saúde e de dignidade das pessoas, e sabendo também que os dados em Espanha apontam para que 53 % das mulheres sofram de menstruação dolorosa e, entre as mais jovens, cerca de 74 % sofram de menstruação dolorosa, propomos uma solução concreta: três dias de falta justificada por mês no local de trabalho, ou na escola, ou na universidade, por menstruação incapacitante, causada por dor grave, sejam cólicas, sejam enxaquecas ou outra dor, por endometriose ou outra questão de saúde, e, claro, sem perda de retribuição.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É assim que se ajudam as pessoas!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — As faltas justificadas podem acontecer em dias seguidos ou interpelados, porque sabemos que os sintomas dos ciclos menstruais acontecem de forma muito diferente de pessoa para pessoa, de mulher para mulher e de ciclo para ciclo. É preciso apresentar declaração médica quando estas

faltas são dadas em três meses num período de um ano, porque sabemos que há muita inconstância dos sintomas menstruais para muitas pessoas.

A chamada licença menstrual já existe em vários países, como no Japão ou em Espanha. Já existiu em Portugal e está neste momento a ser discutida em muitos outros países. Portanto, trata-se de uma questão de promoção da saúde, de promoção do bem-estar emocional e físico das pessoas, de dignidade e de igualdade, e é a altura de ser reintroduzida em Portugal.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas falamos também de outra altura do ciclo da vida que continua a ser tão desconhecida para tantas pessoas, incluindo as pessoas que a vivem. Falamos de menopausa e do direito ao apoio à saúde sexual e reprodutiva, ao longo de toda a nossa vida.

Muito há a fazer e, por isso, o Livre propõe a realização de um estudo do impacto da menopausa no local de trabalho e na qualidade de vida, como foi feito, aliás, no Reino Unido, dando origem a uma série de medidas importantes nas questões da igualdade de género, incluindo campanhas de informação relacionadas com a menopausa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas há algo que não precisamos de esperar por um estudo para fazer e que podemos fazer já, que é alterar o âmbito das consultas de planeamento familiar. A Lei n.º 3/84, de 24 de março de 1984, estabelece as bases para a proteção e promoção da saúde sexual e reprodutiva em Portugal, com foco específico no planeamento familiar. Esta é uma lei que foi criada há 40 anos. Continua relevante, mas precisa de ser atualizada para refletir as mudanças na sociedade e o avanço no conhecimento.

O planeamento familiar foi uma conquista importantíssima em Portugal, mas a saúde sexual e reprodutiva é muito mais do que planeamento familiar; é também o direito a uma sexualidade saudável e digna, que não se limita à reprodução, embora também a inclua.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Temos de dar todos os apoios não só para quem quer constituir família, mas também para garantir o direito ao envelhecimento saudável e digno, incluindo o apoio à menopausa e à andropausa e também a prevenção e diagnósticos precoces.

Por isso, propomos a modernização desta lei, para que seja consagrado o direito à saúde sexual e reprodutiva em todos os ciclos de vida, da puberdade à menopausa e andropausa, como componente do direito à educação e à saúde, alargando o âmbito da consulta de planeamento familiar e convertendo-a numa consulta de saúde sexual e reprodutiva, vocacionada para a sexualidade, para a prevenção de infeções sexualmente transmissíveis, para o planeamento familiar e para a preparação para a perinatalidade, para a menopausa e para a andropausa.

Volvidos 40 anos da publicação da Lei n.º 3/84, estas são mudanças que se impõem a uma sociedade em que a esperança de vida cresceu, a longevidade cresceu, associada à qualidade de vida e à saúde. Queremos uma sociedade evoluída, inclusiva e com dimensão humana, onde a menopausa e a menstruação deixem de ser assuntos escondidos e tabus.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, que dispõe de 19 minutos e 49 segundos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É tempo a mais!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Mulheres e Anónimas: Sentimo-nos anónimas quando passamos anos e anos, de especialista em especialista, à espera de um diagnóstico para dar nome àquela dor incapacitante. Sentimo-nos anónimas quando vemos que 1 em cada 10 mulheres sofre de endometriose ou adenomiose e, de repente, esse número consegue materializar-se na nossa vida; de repente, fazemos parte dele. Sentimo-nos anónimas quando esta condição se agudiza, quando não temos contexto legal ou laboral para repousar, e pouco a pouco vemos a nossa vida familiar e social abalada. Sentimo-nos anónimas quando esta condição impacta a nossa fertilidade. Sentimo-nos anónimas quando, por esta ou por qualquer outra condição, perdemos um filho — anónimo também, aquele que, provavelmente, o mundo nunca saberá que existiu, mas do qual nós nos sentiremos, para todo o sempre, sua mãe.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Anónimas não porque não tenhamos valor, não porque não tenhamos identidade, mas porque o mundo continua, a vida continua e corre acelerada, enquanto nós carregamos connosco dores e marcas eternas que só temos porque somos mulheres.

Quando não é connosco, é com a nossa mãe, é com a nossa irmã, é com a nossa amiga. Há sempre alguém, há sempre alguma forma de estas realidades nos baterem à porta.

E, se temos uma classe política que nos quer anónimas, porque não implantou uma estratégia nacional de combate à endometriose, ou porque ainda não esgotou tudo o que podia para evitar ou prevenir uma perda gestacional ou para prevenir um problema de fertilidade, mais anónimas nos tentam tornar quando abraçam falsas agendas de inclusão que não fazem mais do que excluir e apagar o nome da mulher.

Aplausos do CH.

Anónimas e substituídas somos por campanhas dirigidas a pessoas com útero, a pessoas lactantes, a pessoas gestantes, a pessoas que menstruam. Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é mulher que se diz. É mulher que se diz!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E se temos determinado diagnóstico, e se passamos por determinadas dores, e se padecemos de determinadas condições, é porque somos mulheres e não nos envergonhamos disso, e não nos envergonhamos disso.

Aplausos do CH.

Se, da extrema-esquerda ao Partido Social Democrata, ficam confortáveis a legislar apagando a palavra «mulher», nós fazemos o oposto e, em sede de especialidade, exigiremos que nas propostas aprovadas a palavra «pessoa» seja substituída e que seja reposta a palavra «mulher», a palavra que nunca devia ter sido retirada, a palavra «mulher».

Cunhamos e reforçamos este nosso nome na lei, pelas nossas filhas, pelas nossas mães, pelas nossas avós. E é por isto que o Chega pede hoje a implementação da tão prometida estratégia nacional de combate à endometriose.

Pedimos mais verbas para investigação e para podermos aprofundar o conhecimento nesta matéria. Pedimos mais rastreios e diagnósticos mais precoces para podermos acautelar possíveis dificuldades no futuro. Pedimos apoio à literacia reprodutiva e à fertilidade. Pedimos também o reforço de direitos e a proteção da mulher grávida, seja nos cuidados de saúde, seja no trabalho, em qualquer fase e em qualquer circunstância, porque vivemos numa altura em que já tudo nos escasseia.

Vivemos numa altura em que as urgências obstétricas estão permanentemente fechadas, em que percorremos milhares e milhares de quilómetros sem saber onde é que vamos poder ter o nosso momento tão esperado, o momento do nosso parto.

Vivemos numa altura em que, da extrema-esquerda à Direção-Geral da Saúde, da extrema-esquerda à Ministra da Juventude, estão todos tão toldados pela ideologia que ninguém responde às necessidades das mulheres, mais que não seja — e como se viu neste debate — porque já nem sabem o que é uma mulher.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E é por isto que, em nome das mulheres, dizemos «presente», legislamos em seu favor e dizemos «nem mais um, nem mais um dia no anonimato»!

Aplausos do CH.

Como mulheres e como portuguesas, somos as herdeiras da Padeira de Aljubarrota; somos as herdeiras da Rainha Santa Isabel; somos as herdeiras da Vera Lagoa; somos as herdeiras da Alma Lusitana. É com a grandiosidade deste legado, e lamentando que tenhamos as piores representantes políticas da história de Portugal, que nos comprometemos a defender as mulheres, porque hoje a Casa das mulheres diz-se, e chama-se, Chega.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do BE José Moura Soeiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem um pedido de esclarecimento. Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Rita Matias, pertence ao único partido que, até hoje, teve a coragem de fazer o maior ataque da história aos direitos das mulheres, a maior ameaça à proteção dos direitos das mulheres pelo Estado, que foi a ameaça de cortar 400 milhões...

Vozes do CH: — Mentira!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... de dinheiro público que é investido em defesa dos direitos das mulheres, em defesa das mulheres em relação à violência doméstica, em relação à violência de género.

Aplausos do BE e do L.

Por isso, o que lhe pergunto, Sr.^a Deputada, é o seguinte: todas as mulheres que iam deixar de beneficiar de políticas públicas, porque o líder do seu partido ameaçou cortar-lhes os apoios que recebem, não são também mulheres? Essas mulheres não são também mulheres?!

Nenhum partido que ameaça cortar 400 milhões nos direitos das mulheres e no combate à violência de género e à violência doméstica...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentira!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... pode ter o desplante de se afirmar a Casa das mulheres em Portugal.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Factos são factos!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Rita Matias, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, vem com muita moral a este Parlamento e acha que tem toda a razão quando vê que o sucesso do seu vocabulário é tal que já se espalhou pelo Partido Socialista, já contagiou o Partido Social Democrata,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... mas esbarra numa bancada com 50 Deputados que não se vai vergar à vossa agenda de género.

Aplausos do CH.

Sr.^a Deputada, não sei se ouviu com atenção, mas género não é sinónimo de mulher e, portanto, não compactuamos com qualquer política pública que em nome de género utiliza as mulheres, quando, na verdade, essas verbas vão para as associações LGBT,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... vão para associações dos seus amigos,...

Aplausos do CH.

... vão enriquecer observatórios e institutos que nada trazem para a defesa e para a dignidade das mulheres.

Aplausos do CH.

E por isto, Sr.^a Deputada, deixo um último recado: esta bancada não leva lições de moral de quem apoia o Irão,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... de quem apoia o Afeganistão, de quem não reconhece que a invasão islâmica traz desafios aos direitos das mulheres, e que já o faz aqui na nossa Europa.

De si, não levamos recados nem lições de moral.

Aplausos do CH.

Protestos do BE.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Para a semana vêm de burca!

O Sr. **Presidente**: — A Mesa tem a indicação de que a Sr.^a Deputada Joana Mortágua deseja usar da palavra. Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, vou pedir a distribuição da notícia que dá conta de que Ventura propôs cortar 400 milhões em ideologia de género, que inclui proteção a vítimas de violência doméstica.

Aplausos do BE.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor de fazer chegar à Mesa o documento e será feita a sua distribuição.

Aplausos do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado João Almeida...

Continuação dos protestos do CH e contraprotestos do BE.

Srs. Deputados, já está feita a pergunta e foi prestado o esclarecimento, agora tenho outro Sr. Deputado inscrito para falar, o Sr. Deputado João Almeida, em nome do CDS-PP, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Cães?! Gatos?! Fritos?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É mentirosa e sabe que é mentirosa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agora até eu ouvi aqui na Mesa e peço-lhe o favor de tratar com urbanidade, porque não está no uso da sua palavra. Se quiser usar da palavra, ainda tem tempo para falar em nome do Chega. Certo?

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falamos de saúde e falamos de mulheres neste debate. E isso é evidente e não deve sequer ser alvo de polémica, porque é tão importante e tão relevante para tantas mulheres que, obviamente, aquele debate político que se faz muitas vezes acaba por instrumentalizar e não traz nada de melhoria para aquilo que hoje aqui devemos tentar tratar, que é uma situação concreta e uma situação objetiva, pela qual muitas mulheres passam e para a qual caberá a este Parlamento tentar encontrar uma solução.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falamos de uma doença em concreto, da endometriose, e falamos de 10 % de mulheres em idade reprodutiva que sofrem desta doença.

Esta doença tem características especiais, porque o diagnóstico é difícil, demora cerca de 7 a 10 anos a ser diagnosticada. Porquê? Por duas razões essenciais. Por um lado, porque o próprio conhecimento da população e da comunidade médica não é aquele que existe relativamente a outras doenças e que permita esse diagnóstico mais célere. Mas há uma causa que é ainda pior: a normalização de sintomas que, sendo severos, são tidos como outra coisa qualquer, como uma dor de cabeça,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... como outra dor de corpo, como coisas normais que, afinal, as mulheres devem sentir e que não devem associar a esta doença em concreto.

É essa a diferença que temos de fazer hoje aqui. Queremos continuar a olhar para esta realidade e a achar que é uma doença como outra qualquer, que é um sintoma de outra coisa qualquer, ou assumir claramente que é preciso dar dignidade às mulheres, reconhecer esta sua circunstância...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e agir em conformidade com isso?

Esta doença afeta a qualidade de vida das mulheres, provoca impactos físicos, emocionais e sociais, provoca dores severas — como já disse também — e é, além disso, uma das principais causas de infertilidade feminina.

A verdade é que, até hoje, o Serviço Nacional de Saúde não foi capaz de dar a resposta que deve a esta situação. E, aí, o Bloco de Esquerda tem também de assumir a sua responsabilidade. Traz hoje aqui um agendamento, mas durante os anos em que apoiou sucessivos Governos e aprovou sucessivos orçamentos foi responsável por esta omissão...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Também trouxemos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vocês é que não estavam cá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e, portanto, esta é uma omissão que não é apenas de alguns. E o facto de trazer hoje aqui esta iniciativa não iliba dessa responsabilidade.

É preciso dizer que, ainda hoje, há longas listas de espera para o tratamento da endometriose. É preciso dizer que, mesmo quando se consegue o acompanhamento clínico, esse acompanhamento clínico é insuficiente. E principalmente há um outro problema: há uma ausência grande de sensibilização para o que é esta doença, a sua circunstância e para o que deve ser o direito a um tratamento adequado.

É por isso que o projeto de resolução que o CDS hoje aqui apresenta recomenda três coisas muito claras ao Governo.

Por um lado, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização, exatamente para reduzirmos um dos principais problemas, que é a falta de noção daquilo que é efetivamente a doença e a falta de noção de que aquelas circunstâncias são circunstâncias que devem ser atendidas pelo Serviço Nacional de Saúde.

Depois, a questão do diagnóstico, a promoção de rastreios para que a endometriose possa ser identificada e se possa agir em conformidade.

E, em último lugar, a participação para medicamentos e tratamentos que combatam esta doença.

Estamos a agir na consciência sobre a doença, estamos a agir no seu diagnóstico e estamos a agir no seu tratamento.

Se o Parlamento hoje conseguir dar um passo neste sentido, dá um passo muito importante na dignificação do papel das mulheres na sociedade portuguesa. Estou certo de que é isso que todos queremos fazer.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem dois pedidos de esclarecimento, dispondo de 1 minuto e 52 segundos para responder. Vou presumir que responde aos dois de uma só vez.

Assim sendo, para um primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, em Portugal, estima-se que cerca de 350 000 mulheres em idade reprodutiva sofram de endometriose. Os tratamentos não são participados e a lista de espera de uma consulta no SNS é longa.

Em 2023, foi aprovada no Parlamento uma resolução para o Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e, passado um ano, nada foi feito.

Chegamos a 2024 e o Governo português, liderado pela coligação Aliança Democrática (AD), adotou uma postura favorável ao uso de uma linguagem neutra em campanhas e políticas de saúde menstrual, como a expressão «pessoas que menstruam» — como sendo mulheres cisgénero, pessoas transmasculinas e pessoas não-binárias — ...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos do BE.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — ... e «pessoas com útero», como sendo mulheres cisgénero, homens trans e pessoas não-binárias, que têm útero mesmo que não menstruem.

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos do BE.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Os ora aqui Deputados do CDS, que fazem parte desta coligação, apresentaram um requerimento ao Governo, afirmando que — e cito — «essa linguagem é desrespeitosa para as mulheres, que deixam de ser tratadas como tal para serem incluídas numa referência genérica a pessoas que menstruam».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Outros elementos do vosso partido disseram «precisa-se urgentemente de “pessoas que pensem” para acabar com estes disparates». São disparates, sim, pois derivam da ideologia e não da ciência.

A agenda *woke* é fraturante; ela parte, ela divide, ela desorganiza, tendo um efeito tóxico na sociedade.

Sr. Deputado, a endometriose é uma doença que afeta única e exclusivamente as mulheres, que o CDS hoje aqui defende. A questão que lhe coloco é: até quando, e a que custo, vão compactuar com este desrespeito para com todas as mulheres, pois só elas, sim, menstruam e têm útero?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Sofia Carreira, do PSD, para um pedido de esclarecimento. Tem 2 minutos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sofia Carreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sabemos que a endometriose é uma doença inflamatória crónica que afeta a saúde da mulher, a reprodução, aumenta o risco de depressão, traz limitações na atividade da vida diária e, conseqüentemente, a redução da atividade social e laboral, devido à sintomatologia que lhe é característica.

Sabemos que a mulher diagnosticada com esta patologia incapacitante e crónica deve ser abordada através de uma visão biológica, psicológica, social,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Carreira** (PSD): — ... tendo em consideração o contexto da sua vida.

Deve, da mesma forma, ser orientada, em termos de diagnóstico e tratamento, por uma equipa multidisciplinar, desde os especialistas em saúde materna, ginecologia, obstetrícia, psicologia e psiquiatria.

Sabemos que o Partido Social Democrata, na Legislatura anterior, apresentou um projeto de resolução que consagra o dia 1 de março como o Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e recomendou ao Governo que aprobe medidas de apoio a portadoras da doença.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Carreira** (PSD): — Também sabemos que contribuiu votando favoravelmente um texto conjunto, com os projetos de resolução apresentados pelo PAN e pelo PS, que deram origem a uma resolução da

Assembleia da República que recomenda ao Governo a elaboração de uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose.

O que não sabemos, Srs. Deputados, é quais destas medidas foram verdadeiramente implementadas pelo Governo anterior.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Carreira** (PSD): — Aparentemente, poucas ou nenhuma, por isso estamos hoje a fazer este debate.

No que concerne ao projeto de resolução agora em debate, que propõe rastreios e diagnósticos precoces, questiono em que circunstâncias e com que meios consideram ser possível realizar estes rastreios de diagnóstico.

Assim sendo, Sr. Deputado João Almeida, a nossa bancada associa-se e acompanha o projeto de resolução que hoje é apresentado e votado nesta Casa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de 1 minuto e 52 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^a Deputada Sofia Carreira, antes de mais, queria dizer que as questões que coloca são pertinentes, porque o que aconteceu na Legislatura passada foi aquilo que tive a oportunidade de dizer ali de cima, do púlpito, isto é, o Bloco de Esquerda faz agora o agendamento, mas não conseguiu, enquanto influenciou a governação, que estas políticas avançassem.

É uma página virada e, portanto, aquilo que é importante é, como diz, no quadro desta maioria em que assumimos conjuntamente responsabilidades, que haja esse avanço.

Concretamente, sobre a pergunta que colocou em relação aos rastreios, uma questão fundamental é a formação dos profissionais de saúde, porque, como identifiquei — isso está identificado —, um dos problemas que existe para o diagnóstico desta doença é também, a nível dos profissionais de saúde, o de não haver a formação específica para uma deteção mais precoce deste tipo de situações.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, portanto, é um princípio, mas, obviamente, o Ministério da Saúde — e por isso é que é uma recomendação — melhor saberá como poder desenvolver essa política.

Quanto à Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro, eu agradeço-lhe muito a questão, Sr.^a Deputada, até porque quem escreveu que era preciso pessoas que pensassem — para não dizerem disparates como aqueles que foram ditos — fui eu e, portanto, assumo isso com toda a responsabilidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Disse-o e reafirmo-o: acho que esses disparates não trazem nada para a defesa das mulheres e para a defesa de políticas que as possam favorecer. A neutralização de género só prejudica as mulheres, não as favorece!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, portanto, o que lhe quero dizer, relativamente ao que disse — de não ter sido possível avançar em 2023 —, é que, em 2024, cá está o CDS, que não estava em 2023,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e apresentamos uma iniciativa, exatamente, para que haja força para defender as mulheres, sem qualquer complexo, chamando-lhe «mulheres», que é aquilo que são.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Elza Pais, do Partido Socialista, que dispõe de 22 minutos e 53 segundos.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas: Falamos hoje, aqui, de direitos à saúde sexual e reprodutiva, à gravidez acompanhada e à menopausa sem tabus.

Este verão, os problemas da saúde sexual e reprodutiva das mulheres voltaram a encher a agenda mediática pelos piores motivos. As grávidas foram enviadas de uns hospitais para outros, a quilómetros de distância, viveram momentos de *stress* e de grande ansiedade, numa altura em que precisavam de ter tranquilidade.

É certo que sempre nasceram bebés em ambulância, mas este ano nasceram cinco vezes mais que em qualquer outro ano anterior. Os bombeiros alertaram mesmo para os riscos iminentes de desgraça. A diferença é, de facto, gigante.

Este Governo prometeu resolver os problemas em 60 dias, mas não só não os resolveu, como os agravou. E quem esteve na linha da frente de todas estas dificuldades? Vejam lá, foi a saúde sexual e reprodutiva das mulheres!

Não, a saúde sexual e reprodutiva das mulheres não é uma prioridade para este Governo, que está mais preocupado com a privatização do que com a saúde das mulheres.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenta recuperar a confiança no SNS com a proposta de criação de unidades de cuidados na maternidade para as grávidas de baixo risco, promovendo partos mais seguros e humanizados, para que as mulheres não tenham de tocar à campanha das urgências para terem um filho.

Aplausos do PS.

Um outro assunto que aqui nos traz é o direito a uma menopausa acompanhada. E não posso deixar de saudar a Associação Portuguesa de Menopausa pela visibilidade que introduziu a este tema, retirando-o do silêncio, que é o mesmo que dizer de um espaço onde não existia, quando efetivamente ele existe.

Aplausos do PS e do L.

Sabemos que a saúde sexual e reprodutiva sempre esteve envolta em muitos tabus, que tem muitos problemas. As mulheres — vejam só! — querem-se jovens, femininas, heterossexuais e reprodutivas, estereótipos que estão ancorados em valores heteropatriarcais,...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — ... que atribuem prazo a determinadas fases da vida e que têm impedido as mulheres de reivindicarem esses apoios que defendem — e bem! — e de serem livres.

Temos de enfrentar estes tabus sem titubear para apoiar 2,8 milhões de portuguesas, o que corresponde a um terço da vida das pessoas que menstruam e que, nesta fase da vida, enfrentam dificuldades transitórias, que não são para a vida, mas que sem apoio se podem tornar definitivas ou ser de difícil superação.

A menopausa — não! — não é o fim de linha nenhuma, não é uma doença. É uma fase do ciclo de vida que tem tanta dignidade como outra qualquer. E só é um problema de saúde se não lhe dermos atenção.

Por isso, propomos também a criação de um plano nacional para a menopausa, melhorando o acesso ao tratamento e informação nas consultas de planeamento familiar, que já existem nos cuidados de saúde primários; promoção da literacia em saúde; e centros de saúde com alargamento das valências de consultas de planeamento familiar também às questões da menopausa.

Aplausos da Deputada do PS Ana Abrunhosa.

Como sabemos, a história das mulheres é a história da superação e da dificuldade de obstáculos socialmente impostos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E agora impõem mais um!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Repito, socialmente impostos.

Sr.^a Deputada Rita Matias, não é a biologia que os dita, como a senhora diz, não é, mas sim a forma como socialmente olhamos para ela. Como dizia Simone de Beauvoir,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Simone de Beauvoir? É essa a vossa referência? A amante de pedófilos! Do Sartre!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — ...não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres pelas condições, pelos contextos, pela forma como socialmente nos integram ou nos discriminam.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tem de rever as suas referências!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Já superámos grandes dificuldades. Assim, não recuemos! E superámo-las quando aprovámos, em 2007, a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez e as mulheres passaram a abortar em segurança.

Protestos do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, é só um segundo.

Ó Srs. Deputados, está no uso da palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais. Quem quiser fazer um pedido de esclarecimento no final, fará um pedido de esclarecimento. Certo?

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Dizia eu, Sr. Presidente, que superámos grandes dificuldades quando, em 2007, aprovámos a interrupção voluntária da gravidez, que retirou muitas mulheres do aborto clandestino, em que muitas morriam.

E — pasme-se! — em 2024, a direita portuguesa e a extrema-direita voltaram a unir-se, no Parlamento Europeu, para votar contra a integração da IVG (interrupção voluntária da gravidez) na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Não, não podemos recuar no apoio às grávidas, que resultou, ao longo de 50 anos de democracia, numa drástica diminuição da mortalidade materno-infantil, de que o PS muito se orgulha. Temos é de continuar, temos de avançar.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O PS responde «presente!» a esta chamada. As mulheres portuguesas podem sempre contar com o Partido Socialista!

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tem de rever as suas referências!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, e tenho a indicação de que responderá em conjunto.

Portanto, para formular o primeiro pedido de esclarecimento, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Andreia Bernardo, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, o debate de hoje, aqui, só acontece por uma única razão — é pela falta de ação eficaz dos últimos oito anos de governação.

Aplausos do PSD.

O assunto é sério e de uma enorme preocupação para muitas mulheres. No caso dos constrangimentos nos serviços de ginecologia e obstetrícia, o Partido Socialista reconhece o agravamento destas condições nas urgências: as grávidas têm de percorrer mais de 100 km para dar à luz, é verdade, tal como aconteceu em 2022 e em 2023;...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — ... há partos que ocorrem em ambulâncias, tal como aconteceu em 2022 e em 2023;...

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

...há encerramento simultâneo de várias maternidades, tal como aconteceu em 2022 e em 2023. Mas se sabiam da gravidade desta situação, porque não atuaram, afinal, de forma preventiva?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Como permitiram que o SNS chegasse a este ponto de rutura?

O Partido Socialista quer agora distanciar-se destas decisões que arrasaram o SNS, quando, na verdade, decorreram de políticas que o próprio implementou.

As falhas nas urgências resultaram de má gestão dos recursos e, também, de um atraso inaceitável na contratação de médicos.

Como pode o PS, agora, com estes projetos de resolução, apresentar uma solução para problemas que foram gravemente afetados com a anterior liderança?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Porém, não falta responsabilidade do PS apenas num único tema, também nos atrasos na implementação dos direitos reprodutivos!

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a pandemia foi uma desculpa para as transferências de 90 milhões do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) para o Governo. Isso já todos nós sabemos!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Mas também agora é desculpa para, após quatro anos de governação, a lei dos direitos das mulheres não sair do papel, prejudicando o acompanhamento e também os seus direitos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Acredito que as suas respostas às minhas perguntas vão ter um parto difícil, mas o estado da saúde de ginecologia e de obstetrícia em Portugal é culpa dos últimos oito anos de governação e, sejamos sinceros, é necessário não obrigar a tirar a ferros uma resposta.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, dispondo de 2 minutos.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, será mesmo um pedido de esclarecimento.

Sr.^a Deputada Elza Pais, saudamos o projeto de resolução que o Partido Socialista apresenta para promover os direitos sexuais e reprodutivos ao longo da vida, incluindo na menopausa, mas, como sabem, a intervenção que é necessária neste campo requer alterações legislativas. Não basta uma resolução.

Nesse sentido, apesar das questões que foram suscitadas — agora, na intervenção, mas também antes —, entendemos que nenhuma das questões que suscitaram impede que se possa avançar, desde logo, com as propostas que são colocadas aqui em discussão e a votação pelo Bloco de Esquerda no seu projeto de lei.

E, portanto, a minha primeira pergunta não poderia ser mais direta: estão ou não disponíveis para apoiar este projeto de lei, estas propostas? Obviamente, teremos tempo de trabalhar na especialidade.

A segunda questão tem que ver com a endometriose. Em 2022, mais de 8600 pessoas dirigiram a esta Assembleia uma petição para o combate à endometriose e, na altura, também apresentámos um projeto de lei, que foi votado e chumbado com o voto da maioria do Partido Socialista. Neste sentido, a pergunta também é muito concreta: mudam o sentido de voto, ou não? Estão agora disponíveis ou não para apoiar este projeto de lei?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elza Pais, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas pela Sr.^a Deputada Marisa Matias e o comentário que fez a Sr.^a Deputada Andreia Bernardo.

Sr.^a Deputada Andreia Bernardo, eu tenho a dizer-lhe que estivemos oito anos na governação,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Quase nove!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — ... e com muito orgulho, pois fizemos muita coisa! Se não tivéssemos caído duas vezes e se os senhores não tivessem demitido a Direção Executiva do SNS, muitos dos problemas que estamos hoje a viver provavelmente já não existiriam.

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do PSD.

A senhora lembra-se — não sei se estava cá — da reforma dos blocos de parto feita pelo Partido Socialista no Hospital de Santa Maria? Não havia nenhuma há 43 anos.

Lembra-se da operação «Nascer em Segurança», no SNS, em 2023, em que as pessoas nasciam de forma segura e tranquila?

Protestos da Deputada do PSD Andreia Bernardo.

Sabe quantas pessoas nasceram em ambulâncias em 2023? Foram 12. Sabe quantas pessoas nasceram em ambulâncias até agosto de 2024? Foram 43.

Protestos do PSD.

Está tudo dito, Sr.^a Deputada. O nosso investimento é no Serviço Nacional de Saúde e também nos cuidados de saúde primários, para os quais queremos que estes novos planos se dirijam, para estarem mais próximos das pessoas nos seus territórios, porque se elas tiverem de ir para os serviços hospitalares, obviamente que encontram muitos obstáculos que terão dificuldade em superar.

Sr.^a Deputada Marisa Matias, muito obrigada também por nos saudar pelos planos aqui apresentados.

Relativamente às votações, não faltará muito tempo para ver qual é o sentido de voto do Partido Socialista.

Em relação à endometriose, apesar de termos recusado o vosso projeto, aprovámos uma recomendação que, obviamente, continha um conjunto de propostas que estavam a fazer e, por essa via, já estavam contempladas no nosso projeto.

Terminando, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero dizer que, para o Partido Socialista, a saúde sexual e reprodutiva das mulheres sempre foi, é e continuará a ser uma prioridade, primeiro com questões de planeamento, com questões dirigidas à saúde sexual e reprodutiva e, agora, com a integração das novas preocupações. Saúdo mais uma vez a Associação Portuguesa de Menopausa por ter dado visibilidade a este problema, que não é uma doença, mas atinge muitas mulheres e, se não tivermos cuidado, obviamente que pode tornar-se num problema crónico. É isso que queremos evitar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sandra Pereira, do PSD. Dispõe de 19 minutos.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, saudar o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda por trazer aqui a debate um tema tão relevante.

Discutimos hoje várias iniciativas legislativas referentes aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, à saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos que têm expressão nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que têm merecido, felizmente, amplo consenso político nesta Casa. No entanto, o amplo consenso de que esta matéria beneficia não é acompanhado, muitas vezes, de ações concretas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não bastam anúncios e palavras; é necessário mais do que isso. É necessário um trabalho contínuo, de forma a garantir a todas as mulheres — a todas — a sua saúde sexual e reprodutiva, e não tem sido assim.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Esta temática é muito cara ao nosso grupo parlamentar, sendo que muitas das preocupações vertidas no texto das várias iniciativas que estão em apreciação também já foram, como já aqui foi dito, objeto de resoluções, e até mesmo de leis, desta Assembleia da República, que estão ainda por concretizar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos assistido, neste debate, a exercícios de hipocrisia e desresponsabilização inaceitáveis, que é preciso denunciar.

Aplausos do PSD.

Campanhas de sensibilização, programas de literacia menstrual, aposta no estudo científico da endometriose e da adenomiose, visibilidade da menstruação e da menopausa, reforço do planeamento familiar, tudo isto foi aqui aprovado, nesta Casa, em 2021, e pouco ou nada saiu do papel. E os direitos sexuais e reprodutivos que o PS tanto afirma pouco ou nada avançaram nos últimos anos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, talvez a mais flagrante ameaça a esses direitos seja a que estamos a viver, fruto do desinvestimento de anos, que levou a que o Serviço Nacional de Saúde tenha atualmente 40 % dos médicos obstetras de que necessitaria.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais de metade dos médicos obstetras, repito, mais de metade dos médicos obstetras inscritos na Ordem dos Médicos, trabalham fora do Serviço Nacional de Saúde, sendo que a sua maioria tem idade igual ou superior a 55 anos, o que os liberta de fazerem serviços de urgência, com óbvios impactos negativos nos serviços de urgência de todo o País. É esta a situação que recebemos, é esta a situação com que temos de lidar, é esta a situação que vamos enfrentar.

Deixem-me lembrar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que os partos em ambulância não são propriamente uma novidade recente. Recordo que em 2020 foram realizados 39 partos em ambulância; em 2021 foram 37; em 2022 foram 25; e em 2023 foram 19, Sr.^a Deputada Elza Pais, e não 12, como disse.

Aplausos do PSD.

E este ano — e estou aqui a replicar números do INEM e números que a Sr.^a Ministra trouxe a esta Casa hoje de manhã —, até 2 de setembro, foram 18. Portanto, não é uma novidade recente, é apenas uma situação que resulta das políticas do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nós, da nossa parte, estamos absolutamente empenhados em não a deixar agravar ainda mais, como se tem agravado ao longo dos anos.

A Sr.^a Ministra da Saúde já anunciou que, face a estes dados, se torna urgente proceder à reorganização dos serviços de urgência de obstetrícia, muitas vezes anunciada por anteriores Governos, mas muito pouco concretizada.

Consciente desta preocupação também, de garantir mais acesso e mais segurança a todas as grávidas, foi criada pelo Ministério da Saúde a linha SNS Grávida, que foi muito criticada, mas que recebeu 25 718 chamadas, de junho a agosto, tendo 3666 grávidas sido aconselhadas a ficar em casa e 3685 encaminhadas para cuidados de saúde primários, cumprindo-se a função de garantir cuidados de urgência aos casos verdadeiramente urgentes.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD está sensível à proteção que deve ser dada às mulheres trabalhadoras que sofrem de doenças com significativos períodos de incapacidade, como sejam as pessoas que sofrem de endometriose e de adenomiose, entre outras, e vamos participar ativamente desse debate na especialidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, acompanhamos e acompanharemos as preocupações trazidas aqui, a maioria delas nestes projetos de resolução e nestes projetos de lei, mas estamos em crer que estas preocupações são dissipadas com um Serviço Nacional de Saúde acessível e eficiente, com profissionais capacitados e com respostas atempadas. É para isso que trabalhamos e é para isso que vamos continuar a trabalhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento. Responderá dois a dois?

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Dois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Susana Correia, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos. Faça favor.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Sandra Pereira, estava com muita vontade de votar a favor do seu projeto, depois de ouvir a sua intervenção, mas a verdade é que não temos projeto do PSD para votar, portanto, não o podemos fazer.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sobre exercícios de hipocrisia e denúncias, deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr.^a Deputada: há duas perguntas muito concretas que lhe quero fazer. A Sr.^a Ministra não conseguiu responder hoje, na Comissão de Saúde, mas estou certa de que o PSD vai conseguir responder. Primeiro, há aqui uma proposta das unidades de cuidados na maternidade. A Sr.^a Ministra falou da importância dos enfermeiros especialistas, das novas equipas, mas não conseguiu dizer objetivamente se está a favor ou contra a adoção deste novo modelo de cuidados na maternidade.

Segunda questão, a que a Sr.^a Ministra também não conseguiu responder: expliquem lá, por favor, o que é isso de tocar à campanha de um serviço de urgência de obstetrícia para podermos entrar? Expliquem lá, por favor. Como é que explicamos isso às mulheres grávidas?

Aplausos do PS.

Dois esclarecimentos, Sr.^a Deputada: no PSD, falaram de concursos médicos. A Sr.^a Deputada quer mesmo falar de atrasos nos concursos médicos? A Sr.^a Ministra, hoje de manhã, assumiu que até tem de recuar no novo modelo de concurso de médicos para medicina geral e familiar, tão mal que correu! Tão mal que correu, Sr.^a Deputada! Quer mesmo falar de concursos médicos de medicina geral e familiar?

Mesmo para terminar, Sr. Presidente, a minha pergunta é a seguinte: neste novo modelo de obstetrícia e ginecologia e no modelo de participação, qual é a coerência do PSD em todo o resto que poderá arrastar nesta proposta?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marta Silva, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Sandra Pereira, é com perplexidade que vejo um Governo nascido de uma aliança entre o PSD e o CDS-PP, um partido que se diz conservador e defensor dos valores cristãos, vir agora apoiar terminologia em comunicações da DGS (Direção-Geral da Saúde) que desumaniza mulheres, referindo-se a elas como pessoas que menstruam. Estamos a falar de mulheres e não de meros órgãos reprodutivos. Somos um bocadinho mais do que isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Esta obsessão pela linguagem neutra, promovida pela esquerda e por agendas radicais da extrema-esquerda, vai a par e passo diluindo o papel singular das mulheres, que é, sem dúvida, a maternidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aprende, aprende!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — E pergunto, Sr.^a Deputada, quando é que vai, finalmente, instar o seu Governo a defender as mulheres tal como elas são — mães, trabalhadoras, pilares da nossa sociedade, pilares das famílias — e criar políticas que verdadeiramente as apoiem, em vez de se perderem em debates sem sentido sobre linguagem neutra.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Sandra Pereira, dispõe de 3 minutos para responder. Faça favor.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, quero, naturalmente, agradecer as questões que me foram colocadas e vou começar pela Sr.^a Deputada do Chega.

Nós sabemos o que os senhores pretendem, que é uma conversa apelativa, que dá notícias nos jornais, uma conversa bonitinha, mas, Sr.^a Deputada, nós não vamos por aí.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, pois não!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Essa é uma conversa que divide as mulheres e divide os portugueses, e nós não fazemos essa distinção.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Portanto, vamos às questões concretas, aos problemas que dizem respeito às mulheres, independentemente da linguagem que se adota.

O meu Governo, o que fez foi o que tem de fazer qualquer Governo, que é dar autonomia técnica a quem trabalha de forma científica estes assuntos. Foi o que aconteceu, Sr.^a Deputada, e não pode fazer disso uma extrapolação política, nem vai fazer, porque não vamos permitir.

Aplausos do PSD.

Depois, queria responder ao Partido Socialista que o PSD tinha — não tem hoje aqui, mas tinha — um projeto que foi até aprovado, mas, Sr.^a Deputada, não foi implementado. O vosso Governo, que até votou favoravelmente, não implementou as considerações e a resolução que estavam no projeto de resolução do PSD.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Exatamente! Bem lembrado!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Portanto, virmos aqui constantemente trazer os mesmos assuntos, quando eles existem na agenda, estão na agenda, só que não lhes é dada sequência, porque o Governo, neste caso o seu, não lhe deu sequência, é muito fácil.

Sr.^a Deputada, faz-me imensa confusão. Os problemas da saúde — a Sr.^a Ministra já disse isso — não se vão resolver num dia. É preciso dar tempo ao tempo e é preciso até dar algum tempo, porque o PS teve oito anos e os problemas da saúde são aqueles que todos conhecemos quando o Governo tomou posse.

Aplausos do PSD.

Portanto, não percebo como é que em seis meses vêm pedir respostas que os senhores não conseguiram dar em oito anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, o SNS precisa, sim, de profissionais de saúde, precisa de obstetras, precisa de médicos, precisa de enfermeiros. Portanto, uma das perguntas que temos para fazer é como espera o Governo reter os profissionais de saúde e atrair novos profissionais de saúde, quando não resolve o problema da exaustão, não resolve um sistema que é baseado em horas extra e, inclusive, pede aos profissionais de saúde que alterem as suas férias do próximo ano, quando isso é uma condição-base para as pessoas conseguirem descansar.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E nós precisamos também de garantir o acesso ao SNS, e garantir o acesso ao SNS é também garantir que o acesso é perto de casa e, portanto, não é a promover a concentração das urgências que conseguimos, de facto, o acesso ao SNS. O acesso ao SNS é poder ter o bebé perto do sítio onde moramos, e esse é um acesso e um direito essencial.

Falou em proteção e no direito à saúde sexual e reprodutiva e nós acompanhamo-la: proteger é, sim, dar direitos, criar leis e garantir que essas leis saem do papel.

O Livre traz aqui dois projetos de lei. Um visa a introdução da licença menstrual em Portugal, em relação à qual o PSD já votou a favor no mandato passado. Portanto, pergunto qual vai ser agora a posição do PSD e se estamos finalmente em vias de criar uma licença menstrual em Portugal.

O outro projeto de lei do Livre é pelo alargamento das consultas de planeamento familiar, para que passem, na verdade, a ser consultas de saúde sexual e reprodutiva que abranjam toda a nossa vida, desde a adolescência, incluindo nelas as questões relacionadas com a menopausa e também com a andropausa, que estão muito arredadas do debate público e da informação pública.

Portanto, gostava de saber se o PSD vai acompanhar estas duas propostas do Livre que, sim, visam alargar direitos e que garantem direitos de saúde sexual e reprodutiva a mulheres e também a homens.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra, para uma intervenção, à Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda. Tem 2 minutos.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada, se este debate acontece hoje é porque o Bloco de Esquerda usou uma figura regimental para que ele acontecesse e para que se continuassem a discutir estes temas, porque damos importância, como sempre demos, aos direitos das mulheres.

Há várias Legislaturas que trazemos aqui estes temas e continuaremos a trazê-los até que haja avanços. É assim mesmo, não há outra forma, porque entendemos que precisamos ainda de fazer muito caminho nos direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres, em Portugal.

A Sr.^a Deputada, na sua intervenção, mostrou-se sensível a estas questões e falou, aliás, de várias dimensões que é importante ter em linha de conta quando queremos legislar sobre saúde sexual e reprodutiva.

Por isso, Sr.^a Deputada, gostaria de lhe perguntar — apesar de não haver nenhuma proposta do PSD a debate sobre as matérias que são aqui trazidas — qual é a intenção do Partido Social Democrata em relação às propostas que aqui apresentamos. Estão ou não estão disponíveis para acompanhar-nos nestes caminhos que é preciso fazer, seja em relação à menopausa, seja em relação aos direitos no parto, seja em relação à endometriose?

Recordo que, em 2023, votaram favoravelmente o projeto da endometriose. Deduzo que mantenham o sentido de voto e a coerência, mas as questões que colocamos são também em relação à menopausa e aos direitos no parto.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra, agora, à Sr.^a Deputada Sandra Pereira. Tem 3 minutos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, começo por responder ao Bloco de Esquerda, agradecendo, naturalmente, as interpelações que fizeram.

Se este debate está aqui a acontecer, Sr.^a Deputada Marisa Matias, é porque o Bloco de Esquerda apresentou um projeto de resolução, em 2020, com uma série de medidas a implementar no País, mas que não viram senão o papel.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Claro!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — É, naturalmente, a frustração do Bloco de Esquerda de não ter conseguido influenciar um Governo,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem! É verdade!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — ... enquanto o apoiava, para praticar as medidas aqui aprovadas que faz com que, hoje, venha trazer o mesmo tema — e muito bem! — para que essas mesmas medidas sejam implementadas.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — É verdade!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — E até lhe vou dizer, Sr.^a Deputada, que já existe uma obrigatoriedade de elas serem seguidas, porque os projetos de resolução e os projetos de lei sobre esta matéria estão devidamente aprovados e, portanto, haverá que lhes dar execução.

Deixe-me só dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do PSD é coerente e, portanto, vai manter sempre a sua posição de coerência.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Claro!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Eu disse ali, na tribuna do orador, e repito, que vamos intervir neste debate de forma muito confortável, participando ativamente na discussão, em sede de especialidade, para podermos melhorar as propostas, tentando ir ao encontro de...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — algumas das aspirações que são aqui trazidas dentro, naturalmente, do equilíbrio que estas questões merecem sempre que se faça.

Depois, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, muito obrigada também pelas suas questões. A Sr.^a Deputada falou das férias, mas deixe-me dizer-lhe que foi exatamente a Sr.^a Ministra Marta Temido que telefonou aos médicos a pedir para não marcarem férias.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado! Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — E, portanto, sobre esse assunto estamos completamente à vontade!

Aplausos do PSD.

Quando se assume, claramente, que há um período em que há demasiados médicos de férias e que isso traz um constrangimento nas urgências, naturalmente, temos de tratar disso, mas não é ao telefone, é assumindo essa questão concreta.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr.^a Deputada, sobre as preocupações que trouxe aqui, volto aqui a dizer que nos revemos em muitas delas e vamos trabalhar, na especialidade, de modo a gerar os maiores equilíbrios que possam satisfazer as reivindicações das mulheres que trabalham — e das mães também! — e que sofrem de incapacidades significativas recorrentemente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A luta das mulheres pela emancipação e pela igualdade, que daqui saudamos, foi determinante para a conquista de direitos e para a consagração, na lei, dos direitos sexuais e reprodutivos.

Queria aqui recordar que o PCP foi o primeiro partido a apresentar projetos de lei sobre o planeamento familiar, a educação sexual, a proteção da maternidade, a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e a agendar o primeiro debate parlamentar sobre estas matérias, ainda nos anos 80.

Muitos direitos que hoje constam da lei resultam da iniciativa do PCP, como é exemplo a Lei n.º 120/99, que reforça as garantias do direito à saúde sexual e reprodutiva.

É verdade que foram dados muitos passos, no nosso País, pela igualdade e pela saúde das mulheres, pelos direitos sexuais e reprodutivos, mas precisamos de ir mais longe, precisamos de dar ainda muitos passos para reforçar os direitos sexuais e reprodutivos, para reforçar a resposta do Serviço Nacional de Saúde, no que diz respeito à saúde das mulheres.

Hoje, confrontamo-nos com um problema sério: muitos dos direitos que estão previstos na lei não são uma realidade no dia a dia de milhares de mulheres no nosso País, sendo que o efetivo acesso das mulheres a esses direitos exige uma resposta integral nos cuidados de saúde ao longo da sua vida: na menstruação, no acompanhamento da gravidez, no parto, no pós-parto, na gravidez de risco e na prematuridade, nas doenças sexualmente transmissíveis, nas doenças ginecológicas e oncológicas, na menopausa.

A disponibilização de cuidados de saúde de qualidade na área da contraceção bem como a informação adequada são fundamentais para garantir o direito a uma vida sexual saudável, segura e plena ao longo do seu ciclo de vida. Aliás, um dos aspetos pelos quais temos vindo a lutar para que seja uma realidade e uma concretização, de facto, é o que se prende com a educação sexual, que tem sido negligenciada e que está longe de responder aos seus objetivos.

É, por isso, fundamental uma educação sexual que altere e consolide comportamentos, que assente na promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens, na recusa da violência sexual, num plano mais abrangente de relação e comunicação afetiva, de respeito e de conhecimento sobre o seu corpo.

É preciso haver uma educação sexual transversal e interdisciplinar que, ao invés de isolada e hermética, se integre no conteúdo de cada disciplina e que também dê uma especial atenção à área da saúde sexual e reprodutiva — em particular às adolescentes —, ao acesso à informação sobre menstruação e métodos contraceptivos eficazes e seguros, que previnam infeções sexualmente transmissíveis e gravidezes indesejadas.

As mulheres enfrentam problemas de saúde decorrentes do desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, desinvestimento esse que se reflete na falta de profissionais de saúde e também na dificuldade de acesso aos cuidados de saúde. Há hoje obstáculos, retrocessos, no acesso à saúde sexual e reprodutiva, fragilizando o seu insubstituível papel na prestação de cuidados de saúde.

Uma das áreas que queremos aqui salientar é, de facto, a da necessidade de que as consultas de planeamento familiar sejam garantidas e sejam uma realidade em todo o território nacional e que, entre outras, tenham especial atenção à informação sobre os métodos contraceptivos mais inovadores, mas também que abordem questões da reprodução, preparação para o parto, maternidade e paternidade e também da infertilidade.

Propomos também — e consideramos que é importante — a promoção de ações de sensibilização e formação junto dos profissionais de saúde na área da saúde sexual e reprodutiva, com especial enfoque nos cuidados de saúde primários, para que possam estar dotados com mais elementos para uma intervenção mais eficaz e com uma especial atenção nas diversas fases do ciclo de vida da mulher.

Outro dos aspetos que não podemos deixar de referir, neste debate, prende-se com a gravidez, com a saúde materna, com as dificuldades que milhares e milhares de grávidas têm no acesso aos cuidados de saúde a que têm direito.

É inaceitável que, no nosso País, haja mulheres que tenham de percorrer quilómetros e quilómetros — e quando falamos de muitos quilómetros, estamos a falar de 100, 200 — para serem atendidas, por exemplo,

porque os serviços de urgência vão encerrando temporariamente aqui e ali, e isso constitui, de facto, um retrocesso grande.

De facto, este é um período da vida das grávidas e das respetivas famílias em relação ao qual deve ser assegurada a tranquilidade e a segurança, ao invés da incerteza e da insegurança que está a acontecer neste momento.

Perante estas questões, há aspetos que importa reforçar, nomeadamente em termos do número de profissionais para garantir o adequado funcionamento dos serviços, porque todos sabemos que são os serviços públicos, que é o Serviço Nacional de Saúde que está em melhores condições para prestar estes mesmos cuidados.

Propomos, também, a garantia da vigilância da gravidez de todas as mulheres residentes no nosso território e que todas as mulheres com diagnóstico de gravidez de risco sejam referenciadas para unidade hospitalar. Propomos igualmente que se reforce a capacidade do Serviço Nacional de Saúde, em particular, no que diz respeito a meios de diagnóstico, que se criem as condições para o incentivo à amamentação e, também, que se promova a suplementação alimentar das mulheres grávidas, dispensando esses suplementos gratuitamente nos centros de saúde.

Há outro aspeto que também está longe de ser uma realidade, porque muitos obstáculos persistem, e que tem a ver com o acesso à interrupção voluntária da gravidez. A verdade é que é necessário tomar medidas, para dar cumprimento integral à lei de interrupção voluntária da gravidez no Serviço Nacional de Saúde.

Consideramos, também, que há um conjunto de doenças ginecológicas e oncológicas que exige uma especial atenção no nosso País. Consideramos que é essencial a definição de uma estratégia de resposta à endometriose, adenomiose, que tenha em conta não só um regime específico de proteção laboral das pacientes, mas também uma dinamização de campanhas relativamente à doença, às suas repercussões. É também essencial a disponibilização do apoio e do tratamento, sendo de incluir também a salvaguarda da fertilidade das pacientes. É uma doença crónica, recorrente, sem tratamento e que tem acentuado impacto na saúde física e mental da mulher, afetando a vida laboral, familiar e social e, conseqüentemente, a sua qualidade de vida.

Há uma última questão que também gostaríamos de referenciar e que se prende com a menopausa. É preciso romper com o estigma, com o tabu; é preciso que haja respostas específicas do Serviço Nacional de Saúde para acompanhar as mulheres nesta fase da sua vida, para um melhor entendimento das suas necessidades de saúde, dos riscos associados, das estratégias para gerir os sintomas e promover a qualidade de vida. Isto além de garantir o acompanhamento, com uma abordagem multidisciplinar, numa consulta de especialidade, de acordo com as suas especificidades, e a necessária comparticipação dos medicamentos.

São, de facto, várias as questões que estão em cima da mesa, que afetam a vida de milhares e milhares de mulheres no nosso País e que exigem respostas concretas ao nível do Serviço Nacional de Saúde para que a saúde sexual e reprodutiva seja, de facto, uma realidade para todas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nem se aperceberam de que já acabou!

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista inscrições para pedidos de esclarecimento para a Sr.^a Deputada, que não tem tempo para esclarecer.

Pausa.

Ou melhor, vai ter 1 minuto cedido pelo Partido Socialista, para poder responder aos dois pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Que bonito!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Fátima Pinto, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, desde já, saúdo o PCP por ter vindo a este debate com um projeto de resolução sobre o reforço das medidas de acompanhamento da grávida e da puérpera no Serviço Nacional de Saúde.

Analisei este projeto com atenção e ele faz considerações importantes, assim como apresenta inúmeras propostas em jeito de recomendação ao Governo. Ao todo, são 20 as propostas apresentadas pelo PCP neste projeto de resolução — isto não é uma crítica, Sr.^a Deputada, pelo contrário, é apenas uma constatação.

O projeto do PCP tem mais propostas do que o próprio Plano de Emergência e Transformação na Saúde, no que diz respeito ao eixo dos bebés e das mães em segurança. Seria até aconselhável que o Governo e a Sr.^a Ministra da Saúde se pudessem inspirar em todas as propostas, não só as do PCP, mas também as do Partido Socialista, pois poderia ser que, desta forma, nos poupassem ao infortúnio da apresentação de certas medidas, tal como a que foi apresentada a semana passada, que é uma campanha para as grávidas à porta das urgências.

Temos um aumento de 40 % de urgências obstétricas fechadas em 2024, face a 2023; quadruplicaram os serviços com congestionamentos; temos metade dos médicos especialistas por contratar. E o que é que o Governo determina, para minimizar o problema de acesso às urgências obstétricas? Uma campanha à porta das urgências.

Mas a minha pergunta, Sr.^a Deputada, é se o PCP considera possível conciliar todas estas medidas que recomenda ao Governo com a estratégia prosseguida pelo Ministério da Saúde, expressa no plano de emergência, que passa, como todos sabemos, pelo recurso em grande escala ao setor privado, com o anúncio da abertura de centros de atendimento clínico privados e USF de modelo C, como se não existisse uma limitação de recursos financeiros e humanos, sem verdadeiras medidas de atração, retenção e valorização desses mesmos recursos humanos no nosso Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Paula Santos informou, entretanto, a Mesa de que responderá aos dois pedidos de esclarecimento em conjunto.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, para um pedido de esclarecimentos. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada, a iniciativa do Partido Comunista propõe 20 recomendações para melhorar o acompanhamento das grávidas no SNS, abrangendo áreas como as consultas de amamentação, o acompanhamento da saúde mental e a criação de redes de bancos de leite humano.

São propostas com potencial para melhorar a saúde da mulher. No entanto, não podemos ignorar que, entre 2015 e 2019, o PCP apoiou e viabilizou quatro Orçamentos do Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quando o senhor ainda estava no PSD!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Fizeram parte da dita geringonça, tiveram inúmeras oportunidades para implementar estas mesmas medidas e para melhorar a saúde da mulher, mas assistimos ao contrário.

O que é que fizeram nesse tempo?! Pouco ou nada. A que é que assistimos?! Assistimos à degradação do Serviço Nacional de Saúde,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — ... sem que o PCP tivesse defendido medidas eficazes para resolver problemas como a falta de recursos na maternidade e no apoio às grávidas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP esteve caladinho!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Pergunto onde é que estava essa vossa preocupação, quando podiam ter influenciado efetivamente os Governos da altura.

Também vos quero dizer o seguinte: preferiram seguir uma agenda sectária, colocando a vossa ideologia acima das necessidades dos portugueses. É tão sectária a vossa visão que só se preocuparam em dizer que eram contra o setor privado. Continuam a dizer que são contra o setor privado, mas a verdade é que foi nos últimos oito anos de governação do Partido Socialista que o privado mais cresceu.

Vozes do CH: — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Foi nesses últimos oito anos do Governo socialista que mais de 65 % dos serviços convencionados passaram a pertencer ao setor privado. Ou seja, fica demonstrado, preto no branco, que aquilo que mais cresceu foram os serviços do setor privado.

O que lhe pergunto é: com tantas oportunidades para implementar estas propostas, o que fizeram realmente para melhorar a saúde da mulher?

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não fizeram nada!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada Paula Santos, dispõe de 51 segundos para responder.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço as questões. Respondendo ao partido Chega, o PCP tem colocado sempre estas questões em cima da mesa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a geringonça?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Nós não vimos para um debate dizer que defendemos os direitos das mulheres, mas depois falamos de tudo menos dos direitos das mulheres, porque não queremos falar da igualdade entre homens e mulheres no salário, na vida, em todas as dimensões. Essa é que é a questão.

Protestos do Deputado do CH Rui Cristina.

Da nossa parte, sempre estivemos cá para defender estes direitos, para defender a saúde das mulheres e os direitos dos utentes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a geringonça?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nomeadamente na morte no ventre! São os primeiros!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — De facto, o Governo do PSD e do CDS, com as medidas que constam do plano que foi anunciado, não dá resposta às necessidades — isso está mais do que evidente. Aliás, hoje, a Sr.^a Ministra nem sequer conseguiu esclarecer como é que as urgências vão funcionar, mesmo confrontada com essa circunstância.

Não posso deixar de fazer aqui uma referência: o Partido Socialista tem muitas responsabilidades, pois teve condições para resolver os problemas e não o fez porque não quis.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a geringonça?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Agora, da parte do PCP, há uma coisa que é certa: estamos cá para lutar e para intervir,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não estão é de consciência tranquila!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... seja pelo direito à saúde, seja pelo direito das mulheres...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 12 minutos e 5 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanto tempo para quê?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em 2014, a Organização Mundial da Saúde alertou para o drama de muitas mulheres que sofrem abusos, desrespeitos e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde, afirmando que esse tratamento não só viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação.

A violência obstétrica é uma realidade pela qual muitas mulheres passam sem sequer a identificar como uma violação dos seus direitos. No entanto, o isolamento, a prática de atos médicos sem consentimento informado, os abusos físicos, psicológicos e verbais, a negação da anestesia e do acompanhamento ou o desrespeito pelas escolhas das mulheres no momento do parto são uma experiência comum.

Em 2015, a Associação Portuguesa pelos Direitos das Mulheres na Gravidez e Parto publicou um relatório que dizia que 43,5 % da amostra afirmava não ter tido o parto que queria. Na segunda edição do estudo, relativa a 2015-2019, revelou-se que 68 % das inquiridas não tinham plano de parto e 14 % não tiveram o seu plano respeitado.

Estes estudos são inequívocos, de tal modo que, em maio de 2021, uma ampla maioria aqui, na Assembleia da República, aprovou uma recomendação ao Governo para a eliminação de práticas de violência obstétrica, como a manobra de Kristeller, a episiotomia de rotina e o escandalosamente chamado ponto do marido.

Os atos médicos não consentidos ou desnecessários são a faceta violenta de uma realidade mais complexa, profundamente relacionada com a desigualdade de género. A objetificação das mulheres no seu papel reprodutivo é um problema da sociedade e não apenas dos serviços de saúde.

Por isso, o primeiro problema com o qual temos de lidar é a invisibilidade, o desconhecimento, a normalização ou a negação da violência obstétrica. Perceber que a realidade dos homens não é a realidade universal significa tirar da invisibilidade a realidade das mulheres.

Aplausos do BE e das Deputadas do PS Alexandra Leitão e Rosário Gambôa.

Por isso, desafio as Sr.^{as} e os Srs. Deputados a lerem os testemunhos de várias reportagens sobre este assunto. Desafio os Srs. Deputados a perguntarem às vossas mães, às vossas irmãs, às vossas amigas, e a convidá-las a revisitarem as suas experiências de parto e de gravidez.

A segunda questão prende-se com a necessidade de envolver serviços e profissionais de saúde nesta discussão. Demasiadas vezes, este debate tem sido capturado por uma perspetiva corporativista que não nos permite avançar. É preciso deixar claro que este combate é só contra o preconceito de género, contra a falta de recursos no Serviço Nacional de Saúde e contra o défice de formação dos profissionais de saúde. Não é contra os profissionais de saúde.

Aplausos do BE.

Este debate é pelo investimento público, porque não pode haver plano de parto respeitado quando a maternidade está fechada, e essa é uma verdade incontestável.

Esta é uma questão complexa e, por isso, seria bom partirmos de balizas comuns. No País, não há só maus exemplos, nem experiências traumáticas. Também há bons profissionais e bons serviços, e nem todas as experiências traumáticas inferem a prestação de um serviço de saúde incompetente ou negligente. Mas há demasiados testemunhos arrepiantes, calados pela culpa e pela normalização social. Afunilar o debate é a pior escolha possível.

O objetivo é o de que as mulheres recorram aos serviços de saúde para terem as suas crianças e confiem nos serviços de saúde para terem as suas crianças. Por isso, a mudança tem de começar por um impulso institucional. Aplicar e discutir boas práticas, facilitar a denúncia, punir os abusos e principalmente discutir o assunto são as prioridades deste debate.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não tenham dúvidas. A afirmação de que, se os homens parissem, a realidade seria muito diferente, é absolutamente verdadeira.

Aplausos do BE e das Deputadas do PS Alexandra Leitão, Elza Pais e Rosário Gambôa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E quantos filhos tem a Joana?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Ana Abrunhosa, do Partido Socialista, que dispõe de 10 minutos e 3 segundos.

A Sr.^a **Ana Abrunhosa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: A minha primeira palavra é de agradecimento ao Bloco de Esquerda, que trouxe este assunto a debate e que não o fez só hoje, pois já o tem feito.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito agradecem vocês!

A Sr.^a **Ana Abrunhosa** (PS): — Agradeço também aos outros grupos parlamentares as iniciativas que aqui trazem e que nos permitem discutir problemas que são das mulheres — sim, vou falar de mulheres — e que são também das suas famílias, dos seus amigos.

As consultas de educação sexual e de planeamento familiar nos cuidados de saúde primários com acesso generalizado foram um avanço significativo que temos de fortalecer, com a adoção de normas e procedimentos adequados às atuais necessidades de planeamento familiar.

Temos não só hoje, mas já há muito tempo, desafios clínicos que têm um enorme impacto na saúde das mulheres e na sua qualidade de vida. Falo da menopausa e falo, repito, de mulheres e também daqueles que estão a seu lado.

Apesar da luta de muitas e de muitos, já desde os anos 80 do século passado, a menopausa tem sido negligenciada a diferentes níveis, em termos de literacia, de proteção de direitos e de acesso à terapêutica e acompanhamentos específicos.

A menopausa é somente uma etapa na vida da mulher, como ouvimos dizer, tal como a puberdade e a maternidade, mas continua a ser alvo de preconceitos e de muita informação contraditória. Infelizmente, para muitas mulheres, a menopausa envolve solidão, discriminação, sentimento de vergonha e desigualdade.

A menopausa é uma questão de saúde. Não a reduzamos a uma fase do ciclo de procriação da mulher, nem à questão da sexualidade, embora estas dimensões também sejam importantes. A falta de discussão pública sobre a menopausa decorre da falta de informação e de consciência individual e social para a questão da menopausa.

Nós, as mulheres, não escolhemos ter menopausa. Ela faz parte das nossas vidas. A menopausa não é um castigo, é uma conquista, porque vivemos mais anos, mas queremos que esses anos sejam de qualidade, com o sentimento de pertença à nossa comunidade.

Por isso, hoje, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta um projeto de resolução. Há quem diga que já devíamos ter feito mais, porque fomos Governo. Digo, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, que, se o

Governo fizesse aquilo que propomos no nosso projeto de resolução e que está vertido noutras propostas, seria um grande avanço civilizacional. E não nos desculpamos com aquilo que não foi feito.

Propomos um plano nacional para a sensibilização, informação e tratamento da menopausa que aproveite a capacidade instalada nas consultas de planeamento familiar, nos cuidados de saúde primários, e alargue o acesso às terapêuticas apropriadas.

Propomos a melhoria da informação disponível sobre a menopausa — ela não existe!

Propomos que o SNS disponibilize serviços de saúde sexual e reprodutiva em todos os centros de saúde.

Propomos, finalmente, que o SNS crie e regule um regime que alargue a participação de terapêuticas farmacológicas e não farmacológicas destinadas a atenuar ou eliminar os sintomas associados à menopausa.

Há questões que, sendo importantes, como a questão da participação dos tratamentos, consideramos que deve ser o Governo a estudar e a decidir, pelo que, nesta questão, ainda não podemos acompanhar os grupos parlamentares que propõem a participação de 100 %.

Teria muitos agradecimentos a fazer a toda a comunidade científica, médica e à sociedade civil. Permitam que agradeça hoje à VIDAs — Associação Portuguesa de Menopausa, que é a consequência de um movimento de cidadãos que nos tem, e bem, alertado e esclarecido; que nos tem desassossegado para a necessidade de falarmos sobre a menopausa e de exigirmos um tratamento holístico da mesma, que envolva ginecologia, psicologia, nutrição, exercício físico, tudo o que envolve a saúde da mulher, mas também a saúde da família.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista uma inscrição para pedir esclarecimentos à Sr.^a Deputada.

Ora, então, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Ana Abrunhosa, o Partido Socialista apresentou aqui duas iniciativas, e aquela a que me irei referir é a iniciativa alarmante relativa às urgências de ginecologia e de obstetrícia.

Contudo — e volto a repetir e a reiterar aquilo que disse na outra intervenção —, não podemos ignorar que o Partido Socialista esteve no poder durante oito anos. Foi o Partido Socialista que nos governou e, nesse período, teve inúmeras oportunidades de enfrentar e resolver este problema, mas, ao invés de o fazer, assistimos a um agravamento cada vez maior desta situação, com urgências caóticas, falta de profissionais e encerramentos de serviços essenciais. E a crise que hoje denunciam é fruto direto da má gestão do Partido Socialista à frente do Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — O que gostaria também de saber é: onde estava a preocupação com a saúde da mulher quando o PS implementou os tais encerramentos ditos «pisca-pisca» ao longo do País, em que as grávidas, em muitos casos, tinham de percorrer centenas de quilómetros? Onde estava o planeamento estratégico para evitar o caos que agora lamentam?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — O PS falhou nos investimentos no SNS, e isto nunca é falado, mas tem de ser dito e revisto.

Nos oito anos de governação do Partido Socialista, anunciou-se, de ano para ano, em grandes parangonas, que haveria o maior investimento de sempre no SNS, mas a taxa de execução, tirando o ano de covid, foi sempre abaixo dos 50 %!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — O PS falhou em atrair médicos especialistas; o PS falhou em criar condições para as grávidas; e as suas medidas tardias e propostas de última hora demonstram, para nós, uma total irresponsabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr.^a Deputada, pergunto-lhe porque é que não reagiram antes. Porque é que só agora, com o SNS à beira do colapso, vêm com estas supostas soluções, que deveriam ter sido implementadas há muito mais tempo?

Os portugueses merecem muito mais do que promessas vazias e diagnósticos que consideramos, muitas vezes, oportunistas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Ana Abrunhosa, para responder, tem 2 minutos. Faça favor.

A Sr.^a **Ana Abrunhosa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Cristina, sou daquelas cidadãs e daquelas Deputadas que preferem olhar os problemas pela positiva, e se há algo que o nosso País tem, ainda que com muitos problemas, é o Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

É uma construção da democracia, é uma construção em que todos os partidos — uns mais, outros menos — participaram, em que todos os Governos participaram e, como portuguesa, tenho orgulho no nosso SNS. Tenho, sobretudo, orgulho nos nossos profissionais, que, apesar dos problemas, volto a dizer, se entregam de forma abnegada, muitas vezes com recursos escassos que multiplicam.

Por isso, é por respeito a esses profissionais, é por respeito a todos aqueles que trabalharam na construção do nosso SNS, que não devemos desvalorizar a construção maior que fizemos na nossa democracia: o nosso SNS!

Tem problemas? Tem. São difíceis de resolver? São. Resolvem-se num dia? Não se resolvem. Mas não é algo que nos deve dividir, é algo que nos deve unir.

Enquanto portuguesa, enquanto ex-governante, enquanto Deputada, tenho muito orgulho do nosso SNS.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Fernandes, do PSD, que dispõe de 8 minutos e 42 segundos.

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Belos brincos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Gostas?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem a ver com o debate?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A luta pelos direitos das mulheres não pertence a nenhum partido político,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — ... é uma questão de justiça e igualdade que afeta toda a sociedade.

Aplausos do PSD.

Esta frase não pertence a nenhum autor específico, é uma expressão do sentimento comum que acredito ser partilhado por todos os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas aqui presentes.

Dado o número de iniciativas diferentes admitidas, e para que esta discussão se torne compreensível, importa clarificar: uma coisa é abordar o ciclo da mulher e as particularidades fisiológicas nas diversas etapas de vida — como menstruação, maternidade, relação com o corpo ou menopausa —; coisa diferente é falar sobre patologias, ainda que estas estejam potencialmente relacionadas com cada uma destas etapas específicas.

Após estes considerandos, agradecemos a oportunidade de voltar a debater, hoje, temas com tanto impacto na vida de tantas pessoas.

O Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia, pela terceira vez...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Ouviram?! Pela terceira vez!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — ... desde 2020,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Já em 2020!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — ... as matérias da endometriose e adenomiose.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É a terceira vez!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — De forma objetiva, em 2020, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto de resolução. Votação? Aprovado. Implementação de medidas? Zero.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Em 2023, o Bloco apresenta uma proposta de lei,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Um projeto de lei! Não éramos Governo... mas seremos!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — ... chumbada pelo Partido Socialista. Foi, então, publicada uma nova resolução da Assembleia da República, aprovada por unanimidade, num texto conjunto com os projetos de resolução do PSD, do PAN e do PS.

Em 2024, hoje, o Bloco de Esquerda volta a trazer o tema a debate, com o intuito de, finalmente, consagrar medidas sobreponíveis àquelas que foram discutidas e votadas em 2020 e 2023.

E volta a trazer este tema porquê? O agradecimento deve ser ao Partido Socialista, também, não é?! O Bloco de Esquerda volta a trazer este tema porque nenhuma das medidas foi implementada. Zero medidas implementadas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A única referência documentada neste assunto, durante o Governo Socialista, é a de que a Direção-Geral da Saúde manifestou interesse em realizar uma pesquisa sobre a endometriose, e que a mesma não avançou. E não avançou porquê? Porque não havia verbas.

O PSD vai ser, como sempre foi, responsável e coerente naquele que é o nosso único objetivo: resolver os problemas das pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Também por isso, de forma muito honesta, deixamos reserva em relação ao direito excepcional às faltas, uma vez que consideramos poder ser injusto em relação a tantas outras situações patológicas crônicas, com processos cíclicos de agudização, que são igualmente incômodas, debilitantes ou incapacitantes e que são enquadradas no regime geral do trabalho.

Em suma, relativamente à necessidade deste debate, em declarações públicas, a Sr.^a Deputada Marisa Matias considerou incompreensível que nenhuma destas áreas seja ainda coberta, do ponto de vista da legislação, quando afeta tantas pessoas.

Estamos completamente de acordo. Mas, com todo o respeito que nos merecem todos os partidos, ainda mais os que têm reiteradamente trazido este tema para o debate legislativo, pergunto: porque é que foram tão tolerantes com o Partido Socialista durante os oito anos de governação?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até o PSD!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Não lhes reconhecemos essa mesma tolerância relativamente ao Governo da Aliança Democrática.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Afinal, para os senhores, deste lado estão os tais que não têm preocupações com as condições sociais nem com a equidade no acesso aos cuidados de saúde. No entanto, adianto-lhes que, desde que tomou posse, este Governo já iniciou várias diligências para implementar as medidas da Resolução da Assembleia da República n.º 48/2023, nomeadamente no que respeita à comparticipação dos medicamentos e ao diálogo necessário para o enquadramento legal das medidas recomendadas quanto à preservação da fertilidade. Isto deve ser uma boa notícia.

Um outro tema do debate de hoje é a menopausa. Totalmente diferente da abordagem de qualquer outra patologia, este tema merece, no entanto, toda a nossa atenção pela falta de consciencialização, informação, literacia e capacitação de todas as pessoas para se viver esta etapa do ciclo da vida da mulher.

É a primeira vez que este tema é debatido na Assembleia da República. Mais uma vez digo: é uma matéria sem cor partidária e sem ideologia. É uma matéria de todos, que deve unir todas as pessoas. É pela importância da seriedade na abordagem a esta matéria que deixamos as nossas preocupações relativamente ao debate.

A maior fragilidade que encontramos nestas propostas legislativas é a clara perceção de que, atualmente, temos constrangimentos na implementação de muitas medidas, tendo em conta que todos temos a consciência de que foi necessário elaborar um plano de emergência para a saúde.

Dois dos eixos referidos neste plano têm a ver com carências de profissionais médicos nas áreas que são importantes para esta temática, como é o caso das especialidades de medicina geral e familiar e de ginecologia e obstetrícia.

Não estamos a dizer que é errado, estamos a dizer que precisamos ser honestos na abordagem a esta questão e que não queremos ficar de braços cruzados. E se não queremos ficar de braços cruzados nem empurrar com a barriga nesta matéria, devemos propor medidas exequíveis neste momento.

É altura de iniciar este caminho? Claro que sim. Vamos encontrar o que nos une e o que verdadeiramente sabemos que podemos resolver.

Estamos de acordo quanto à relevância do tema e ao impacto que tem na vida de todos. Estamos de acordo em que existe um total vazio legislativo relativamente ao tema da menopausa. Estamos de acordo quanto à capacidade de autorregulação das profissões da saúde e à excelência com que se adaptam às necessidades dos cuidados de saúde. Estamos de acordo quanto à necessidade de acompanhar *guidelines* internacionais

devidamente fundamentadas. Estamos de acordo quanto à imensa carência de debate, informação e capacitação das pessoas nesta matéria.

Medidas que parecem tão simples, como a da comparticipação e acesso a terapias farmacológicas e não farmacológicas, implicam a capacitação de todas as mulheres e de todas as pessoas para terem um papel ativo nas suas decisões terapêuticas.

Acho que também podíamos estar de acordo em que compete ao Governo, às classes profissionais e às associações de utentes encontrar as estratégias e as medidas passíveis e possíveis de implementar agora.

Se olharmos para o exemplo do Reino Unido, que em 2012 começou a fazer este caminho, veremos que só agora existe a consulta especializada na área da menopausa.

Depois de tanta iniciativa legislativa dos diversos partidos nesta matéria, é tempo de este Governo arrumar a casa. Acredito que não vai ser necessária a mesma tolerância que os partidos de esquerda tiveram, nos últimos anos, em relação ao Governo socialista.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Apenas será necessário bom senso, responsabilidade e boa-fé de todos os partidos aqui representados.

Lembro a todos, no final do debate de hoje, o que muitas vezes é a diferença entre a vontade de resolver os problemas das pessoas e a vontade irresistível de alguns políticos para, no Parlamento, usarem os problemas das pessoas para fazer política.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Aproveito para cumprimentar a Câmara.

A Sr.^a Deputada ficou sem tempo, embora tenha dois pedidos de esclarecimento, e, como eles irão acontecer, não sei se o Grupo Parlamentar do PSD vai pedir tempo a algum outro grupo parlamentar...

Aproveito, enquanto estamos a dar tempo à Sr.^a Deputada de chegar ao seu lugar, para informar a Câmara de que não há mais inscrições na Mesa para intervenções. Portanto, no fim dos pedidos de esclarecimento, se não houver inscrições, passaremos às votações.

Os dois pedidos de esclarecimento irão ocorrer em conjunto, imagino eu, sendo que o primeiro é da Sr.^a Deputada Sónia Monteiro, do Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sónia Monteiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Fernandes, de acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), o número de mulheres portuguesas que não possuem filhos triplicou nos últimos anos. Esse aumento é o reflexo de um sentimento de insegurança e desconfiança em relação ao futuro e à governação que o nosso País tem sentido.

Apesar de iniciativas como o plano de emergência criado pelo Governo ou dos *Powerpoint* todos bonitos, que proclamam os feitos do Governo na área da saúde, há o País real!

O encerramento de diversas urgências pelo País gerou um aumento de 40 % no número de encerramentos em relação ao ano anterior. Tal situação transformou o atendimento de emergência num desafio, gerando incertezas e desesperos para as mulheres que precisam desse tipo de serviço.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

A Sr.^a **Sónia Monteiro** (CH): — Ora vejamos: grávidas vão ter de tocar à campainha para aceder às urgências hospitalares?! Ou seja, no momento mais stressante da gravidez, as grávidas ainda vão ter de se preocupar se alguém ouviu a campainha? Numa palavra: ridículo!

Aplausos do CH.

Mais, o Hospital das Caldas terá recusado atender uma mulher com aborto espontâneo. Aliás, queriam enviar a senhora para Coimbra, mas isso só não aconteceu porque os bombeiros se recusaram a fazer o transporte: uma vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Sónia Monteiro** (CH): — Afinal, é este o cuidado e proteção que o PSD tem para com as mulheres? É este o resultado de uma alegada gestão da saúde de qualidade? Ou será que, por criticarem tanto o PS, já estão a segui-lo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Sónia Monteiro** (CH): — ... no mesmo caminho de nulidade e inoperância que tão duramente criticavam?

Aplausos do CH.

Por isso, questiono: quantas mais campanhas vão ser necessárias para que uma mulher grávida seja atendida com dignidade neste País?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para formular o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada Isabel Fernandes pergunta a quem devemos agradecer este debate, e eu respondo que devemos agradecer este debate a todas as mulheres que se organizaram para trazer à Assembleia da República a defesa dos seus direitos,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Agora já sabe o que é uma mulher!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... a todas as mulheres que todos os dias lutam para tirarem da invisibilidade aquilo que faz parte da sua vida e que é constantemente escondido.

A Sr.^a Deputada pede também que o Bloco de Esquerda tenha com o Governo do PSD a mesma tolerância que teve com o Partido Socialista,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Não é preciso!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... e eu respondo-lhe que teremos.

Da mesma forma que chumbámos o Orçamento do Partido Socialista, quando ele não respondeu perante o SNS, assim está garantido o voto contra no Orçamento do PSD,...

Vozes do PSD: — Ah!...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... não tenha dúvidas sobre isso! O Bloco de Esquerda nunca compactuará com políticas que prejudicam o SNS.

O que lhe queria perguntar, Sr.^a Deputada, é o seguinte: como é que pretende defender as mulheres e as grávidas quando a prioridade do PSD e do Governo do PSD é privatizar o SNS?

Protestos do CDS-PP.

A única maneira de responder a estes direitos de que aqui falamos é integrando-os no serviço público.

Não vai haver um cheque-grávida, não vai haver um cheque-menopausa, não vai ser o serviço privado a dar resposta, com todas as respostas multidisciplinares de que estas mulheres precisam. Para isso, precisamos de obstetras no SNS, precisamos de médicos de saúde geral e familiar.

A Sr.^a Ministra anunciou 900 vagas, mas quantas é que foram preenchidas? Chegaram a 200? Não creio!

Portanto, Sr.^a Deputada, o que lhe pergunto é: por enquanto, a campanha do SNS ainda tem alguém do outro lado que atenda, mas acha que quando for o privado a estar do outro lado a campanha vai sequer tocar?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.^a Deputada Isabel Fernandes vai poder responder, pois teve uma cedência de tempos por parte da Iniciativa Liberal e do CDS-PP, dispondo agora de 51 segundos.

Recordo que a Mesa não tem mais inscrições para intervenções, pelo que, a seguir, imagino que passaremos às votações.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, muito obrigada pelas questões e por me permitirem partilhar estas considerações.

Relativamente à questão da Sr.^a Deputada do Chega, se alguma coisa pode fazer a diferença entre a moderação e os extremos é que nós achamos que devemos conseguir fazer o melhor possível com os meios que temos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — E está a ser encontrada, com as ordens profissionais, a melhor solução para a obstetrícia e ginecologia.

Relativamente à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, da mesma forma que acham que deste lado estão aqueles que não se preocupam com as questões sociais e com o acesso aos cuidados de saúde, também nas políticas de saúde acham que está aqui o bicho-papão da privatização.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

Ninguém falou em privatização, a única coisa que nos preocupa é o acesso das pessoas aos cuidados de saúde!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, estamos quase no final deste debate, mas importa esclarecer uma série de coisas que foram referidas neste debate e que são inverdades.

Ouvimos a Sr.^a Deputada Elza Pais, do Partido Socialista, falar que, se não nasceu mulher... Se não nasceu mulher, terá nascido o quê? Se não nasceu mulher, nasceu homem!

Risos do Deputado do PSD Francisco Sousa Vieira.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É preciso ler!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o grande problema são aqueles homens que nascem homens, mas que se querem tornar mulheres e, depois, fingem ser mulheres e roubam os lugares às mulheres, como por exemplo no desporto ou na moda.

Aplausos do CH.

Esse é que é o grande problema da sociedade, o roubo que fazem às mulheres!

Aplausos do CH.

Depois, em relação às Sr.^{as} Deputadas do Bloco de Esquerda, ouvi uma Sr.^a Deputada falar num suposto líder da Juventude Chega. Ó Sr.^a Deputada, a única líder que a Juventude Chega teve, com muito orgulho, foi a Deputada Rita Matias, que, desde há cinco anos, aí tem feito um grande trabalho.

Aplausos do CH.

Foi a única, e é mulher! Ó Sr.^a Deputada, é mulher! E isso é muito importante para este partido.

Continuação de aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

É por isso que os jovens deste País, homens e mulheres, estão com o Chega — não estão com o Bloco de Esquerda! Estão com o Chega!

Aplausos do CH.

Sr.^a Deputada, tenho mais para lhe dizer: se há algum partido que, neste Parlamento, tem condenado sempre a violência doméstica somos nós.

A Deputada do BE Joana Mortágua simula tocar violino.

Olhe, vou-lhe citar três projetos: «Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica» — do Chega;...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Só fala!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —... «Recomenda ao Governo que aumente as casas-abrigo em todo o território nacional para uma eficiente resposta às vítimas de violência doméstica» — do Chega; «Procede à alteração do Código de Processo Penal [...]», com o aumento das penas para quem bate nas mulheres e nos homens.

É isto que nós defendemos e que os senhores não defendem!

Ó Sr.^a Deputada, a única notícia que encontro do Bloco de Esquerda é esta, em que se diz que um Deputado do Bloco de Esquerda foi acusado de agressão a ex-namorada.

O orador exibiu a notícia a que se referiu.

Aplausos do CH.

É a única notícia que existe do Bloco de Esquerda em relação à violência doméstica!

Continuação de aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 6 minutos e 39 segundos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, enfim, neste debate já se falou...

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Dei a palavra,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deu a palavra, está dada!

O Sr. **Presidente**: — ... mas peço desculpa, porque não tinha visto que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo estava a pedir a palavra. É para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente — e peço desculpa, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, é para solicitar à Mesa a distribuição de uma notícia do *Polígrafo*, intitulada «As mulheres não têm tanto interesse, ou até apetência, para desempenhar cargos políticos», do Sr. Presidente da Juventude Chega, da sua Comissão Instaladora.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Pedro Pinto manifestou o desejo de usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é só para dizer que o *Polígrafo* ainda não manda na Casa da democracia,...

Aplausos do CH.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — A verdade custa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... e nem tudo o que vem no *Polígrafo* é verdade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, é mais uma falta à verdade do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda!

Continuação de aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, há aquilo a que se chama lealdade parlamentar: é evidente que o pedido para distribuir documentação é prática habitual; agora, fazer política sobre... Bom! Sabemos todos do que é que estamos a falar.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, faça favor. Dispõe de 6 minutos e 39 segundos para uma intervenção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste debate, que, na verdade, deveria ser sobre as mulheres e os cuidados que lhes prestamos quando deles necessitam... Enfim, já se falou

de tudo! Já se falou sobre o que é que é um homem — se um homem é um homem, se um homem é uma mulher — e, invariavelmente, da bancada daquele lado, da esquerda, falou-se uma vez mais sobre os privados e sobre se haveria aqui uma tentativa de privatização.

Quero deixar aqui um desafio àquela bancada do lado mais extremo do Hemiciclo, que é o de perguntarem às mulheres, precisamente àquelas que vão viver um parto ou àquelas que sofrem destas condições, se, no momento de acorrerem aos cuidados de saúde, no momento de serem tratadas por um médico ou por um enfermeiro, se preocupam minimamente com o facto de ser no setor público, privado ou social?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Preocupam!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, preocupam!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou, pelo contrário, o que essas mulheres ou homens querem, o que todos os cidadãos em Portugal verdadeiramente querem — porque são bem menos ideológicos, bem mais pragmáticos e terra-à-terra do que VV. Ex.^{as} —...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É, é!...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... não será o acesso a bons cuidados de saúde, com qualidade e a tempo e horas?

É isto que preocupa os portugueses, é isto que preocupa as mulheres, e não se é público, privado ou social.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, só queria perguntar ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes se proferiu a seguinte afirmação: «Se as mulheres estão indisponíveis mais tempo por causa da gravidez, é natural que o salário seja inferior.»

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ó Sr.^a Deputada, há quanto tempo tinha isso, para poder usar na sua tática parlamentar, tão típica do Bloco?

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Pega nisto, pega naquilo...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É verdade?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O que eu disse tem um contexto e é uma evidência,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Adoram tirar tudo do contexto!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... que é a seguinte: o principal motivo para a disparidade salarial tem que ver, precisamente, com a gravidez das mulheres. Isto é uma evidência, e sobre isso nós podemos atuar. Falando de política séria, que é uma coisa que o Bloco não está aqui para fazer,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Oh!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... nós podemos, sim, auxiliar as mulheres; podemos, sim, estender o período de parentalidade, por exemplo, para os homens, para minorarmos o impacto que a gravidez tem na profissão e na carreira das mulheres.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, falemos de coisas sérias, falemos de respostas, e não vamos buscar estas artimanhas retóricas que, enfim, só denunciam aquilo que vocês vêm aqui fazer, que é mais do mesmo, é o costume!

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — «Vocês»?! Um betinho a dizer «vocês»?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os betos já não são o que eram!

O Sr. **Presidente**: — Há mais um pedido de intervenção.

Sr.^a Deputada Marta Silva, dispõe de 2 minutos e 31 segundos.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, queremos salientar a importância deste debate sobre a saúde feminina e os direitos reprodutivos. Mostra que todos os grupos parlamentares, à exceção do PSD que, uma vez mais, nada apresenta, reconhecem a importância destes temas, sobretudo numa sociedade onde as mulheres enfrentam desafios cada vez mais singulares.

No entanto, continuamos a manifestar a nossa oposição ao uso de determinada terminologia, propostas que tentam neutralizar a identidade da mulher.

A mulher jamais poderá ser reduzida à sua condição reprodutiva. Quer queiram, quer não queiram, ela é e continuará a ser a base da família, da sociedade e merece ser reconhecida como tal. E é precisamente essa falta de reconhecimento que está na raiz de um dos problemas de que se falou agora aqui, que é o fosso salarial entre homens e mulheres, as dificuldades na progressão na carreira ou mesmo o acesso ao mercado de trabalho. O nascimento de uma criança continua a ser um divisor de águas na carreira das mulheres, que são penalizadas por escolherem ser mães. Como podem falar em igualdade, quando são as mães as maiores vítimas de um sistema que as empurra para a marginalização profissional?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — E enquanto discutimos faltas justificadas durante o período menstrual, como se isso fosse resolver os problemas das mulheres, esquecemos que o verdadeiro desafio é conciliar família e profissão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Mas certos grupos parlamentares, ao proporem estas medidas, estão a ignorar um dos maiores perigos que se pode criar, que é a exclusão crescente das mulheres no mercado de trabalho. Quando propõem um regime de faltas recorrentes, justificadas por condições de saúde, como é justo, estão a falhar porque não oferecem qualquer tipo de contrapartida às empresas, especialmente às pequenas e médias, que vão sentir ainda mais o peso destas ausências. E o que é que acontece? Estas mulheres tornam-se ainda menos atraentes para o mercado de trabalho.

Não podemos permitir que propostas, ainda que bem-intencionadas, mas incompletas, acabem por criar mais obstáculos às mulheres na procura e na manutenção de um emprego.

Nesta bancada, somos pelo menos 13 mulheres...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pelo menos 13? Não tem a certeza?

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — ... que não entram no combate dos sexos e que, sem complexos, orgulhosamente, vão continuar a dizer que uma mulher será sempre uma mulher.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada não tem pedidos de esclarecimento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Partido Socialista. Dispõe de 3 minutos e 36 segundos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Fizemos um debate sobre o Serviço Nacional de Saúde, prevenção, planeamento, consultas com participação, tudo propostas, medidas que exigem ainda mais o Serviço Nacional de Saúde, o que significa que o caminho, como tem dito o Partido Socialista, é de reforço do orçamento do Serviço Nacional de Saúde, de reforço das suas medidas e não passar, como muitos partidos da direita têm feito, principalmente os partidos do Governo e este Governo, a transferir os recursos do Serviço Nacional de Saúde para o setor privado. É uma certa bipolaridade no debate político, que é o de pedir mais ainda ao Serviço Nacional de Saúde, mas depois, quando apresentam propostas e planos para o País, passa por transferir recursos do SNS para o privado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não podíamos deixar de falar neste debate sobre aquilo que foi a crise nas urgências de obstetrícia e ginecologia no passado verão. Tivemos 40 % de urgências encerradas acima do número do ano passado. Tivemos um número recorde de partos em ambulâncias. Se isto se passasse nos anos anteriores, o PSD e o CDS diriam, como disseram, que tinha sido o caos. Aliás, a expressão «caos» é uma expressão que serve muito à direita, aos partidos da direita e aos partidos do Governo, porque querem transmitir a ideia aos portugueses de que o SNS já não responde, já não serve, já não chega e que é preciso ir ao privado para responder às dificuldades. Mas nós não usamos essa expressão, nós não usamos a expressão «caos», falamos na expressão «crise». E uma crise que foi provocada por decisões deste Governo, este Governo que forçou a demissão da Direção Executiva que vinha implementar a maior reforma organizacional do Serviço Nacional de Saúde desde a sua criação.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Essa é boa!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Como também foi este Governo que alterou as regras do concurso para a integração de médicos especialistas, que nos anos anteriores eram integrados no mês de maio, e quando visitámos e reunimos com os hospitais foi-nos dado a conhecer que nenhum médico especialista, este ano, estava integrado no mês de agosto. Isto significa que algumas urgências de obstetrícia e ginecologia fecharam porque não tinham médicos obstetras suficientes, porque este Governo alterou as regras do concurso. Ou seja, a crise nas urgências de obstetrícia e ginecologia deste ano deveram-se a decisões deste Governo.

Aplausos do PS.

Sobre a linha SNS Grávida, as grávidas sempre puderam ligar para a linha SNS. Não foi criada nenhuma linha SNS Grávida. Dentro da linha SNS há uma opção que se chama Linha de Apoio à Grávida, mas parece que, segundo aquilo que tem dito o Governo e a Sr.^a Ministra ainda hoje de manhã, criaram a linha SNS Grávida.

Nada mais falso. E agora parece que já não funciona e que deixaram cair essa opção, passando a exigir que as grávidas toquem à campainha das urgências quando elas estão encerradas.

O Governo está perdido quanto à gestão do Serviço Nacional de Saúde e tinha um plano de emergência que falhou. O Primeiro-Ministro tinha prometido medidas para 60 dias que resolveriam o problema das urgências do País, e isso falhou e é uma quebra de confiança.

Estamos muito preocupados com o plano de inverno. Hoje de manhã, na audição à Ministra da Saúde, o Partido Socialista questionou a Sr.^a Ministra se dava garantias relativamente às urgências e a Sr.^a Ministra não adiantou nada. Continuamos muito preocupados com aquilo que pode acontecer no inverno no que diz respeito ao acesso às urgências.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveu-se, para formular um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, do PSD, tendo havido uma cedência de 2 minutos por parte da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É para isso que servem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, que bom ouvir a sua intervenção hoje neste Plenário. Não há memória de ouvir o Partido Socialista nos últimos oito anos destacar com tanta veemência os problemas nas urgências obstétricas.

Aplausos do PSD.

Que bom ouvir o Partido Socialista hoje, depois de oito anos em que governaram o País, vir aqui descrever, de forma tão cristalina, aquilo que assola o SNS nos dias de hoje. E recordamos à memória palavras do Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista em campanha, quando perguntava o que é que não funciona.

A pergunta que faço, Sr. Deputado, é a seguinte: não houve nenhuma alma no Partido Socialista que tivesse dito ao ouvido do Sr. Secretário-Geral que o INEM e o SNS não estão a funcionar? Não houve nenhum elemento do Partido Socialista que tenha dito ao ouvido aquilo que disseram aqui hoje em tão bom som relativamente ao que assola o SNS em Portugal?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Há uma surpresa, há sempre uma surpresa: a IL vai dar tempo, 1 minuto, ao Sr. Deputado João Paulo Correia para responder.

Portanto, peço que contabilizem o tempo, transferindo da IL, que está a trabalhar para o consenso, para o PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A IL joga dos dois lados! E ainda joga do lado do Bloco!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, descontando o tempo negativo, dispõe de 49 segundos para responder.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, vou começar por deixar uma palavra de elogio aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

O número de consultas nos últimos oito anos no SNS aumentou, o número de cirurgias também aumentou, a produtividade do SNS aumentou durante estes oito anos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é hipocrisia!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E agora, para terminar mesmo, Sr. Presidente, a direita foi capaz de fazer um debate sobre oito anos do SNS sem falar da pandemia, como se não tivesse existido a pandemia. Isso é que é ingratidão!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições para intervenções, e assim não se provocou *stress* na Mesa com aquele telefone que toca.

Vou, pois, dar a palavra à Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, para encerrar o debate, sendo que dispõe de 5 minutos e 39 segundos, mais 2 minutos, logo, 7 minutos e 39 segundos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Foi muito importante termos dedicado hoje o debate à saúde sexual e aos direitos reprodutivos.

Trouxemos a debate três propostas que ilustram de forma evidente a persistente desigualdade de género, neste caso na saúde e no acesso aos cuidados.

Menopausa, endometriose, direitos no parto — três questões tabu, mulheres silenciadas por preconceito, invisibilidade ou medo. Precisamos de derrubar esta cultura de silêncio e acabar com a desinformação. É normal viver assim? Não. Ou melhor, só é normal viver assim se se for mulher. Pois, não é.

Ouvimos muitos relatos de muitas pessoas a quem estas condições afetam e muito a sua qualidade de vida. A endometriose atira 10 % das mulheres em idade reprodutiva para o isolamento, anos de problemas de saúde física e psicológica sem resposta. Não podemos continuar a ter de esperar 7 a 10 anos para dar um diagnóstico a quem sofre de endometriose.

Não é compreensível que as mulheres cheguem à menopausa sem saberem as consequências e os impactos nas suas vidas. Sabemos que os efeitos podem ser múltiplos e nem todas as pessoas vivem esta fase da mesma forma, mas isso é só mais uma razão para que haja informação e formação. Não podemos aceitar o recurso a antidepressivos e ansiolíticos como forma de contornar sintomas, como tanto se vai fazendo em Portugal.

Este abandono pode ser duplamente sentido nos casos de menopausa precoce, de menopausa induzida ou de menopausa cirúrgica em resultado de doença. As consequências nestes casos são ainda mais violentas.

Também na gravidez e no parto as mulheres enfrentam problemas que resultam da falta de humanização dos cuidados na gravidez e no parto e que são agravados pela degradação do SNS. Não fazer nada significa manter e reproduzir as desigualdades existentes.

Sobre a desigualdade de género, Srs. Deputados, só se combate alargando a intervenção na saúde sexual e nos direitos reprodutivos. E há desigualdades socioeconómicas porque não podemos deixar a endometriose e a menopausa às soluções do mercado.

Na ausência de políticas públicas vivemos uma sociedade em que estes problemas são tratados como campanhas publicitárias, em que quem tem recursos tem acesso a tratamentos, terapêuticas e produtos, e quem não tem recursos é deixado ao abandono. Essas desigualdades são agravadas nos casos das pessoas LGBT e das pessoas racializadas.

Por isso, trazemos aqui propostas simples, como o alargamento do âmbito das consultas de saúde sexual e reprodutiva a todas as fases da vida; a criação de normas de orientação clínica para o diagnóstico atempado da endometriose e para o acompanhamento durante a menopausa; o direito a faltas justificadas ao trabalho e às aulas no caso de diagnóstico de endometriose; a comparticipação de medicamentos, tratamentos e terapêuticas; medidas de reforço do respeito pelo plano de nascimento e de promoção da humanização dos serviços; a garantia dos direitos na gravidez e no parto.

O que aqui trazemos hoje nestas propostas não é o programa completo da intervenção que é necessária, nem na menopausa, nem na endometriose, nem nos direitos do parto, são apenas primeiros passos, e estamos disponíveis para continuar a trabalhar.

Apesar de todos os avanços, continuamos a viver num País e num mundo onde os direitos de metade ou mais de metade da população são ignorados. A menopausa afeta milhões de mulheres, a endometriose afeta milhares de mulheres e não sabemos quantas mulheres afeta a violência obstétrica porque não existem dados,

mas supõe-se que largas centenas de mulheres. Temos hoje, por isso, a expectativa de acabar com o passaculpas e de responder a estes milhões de mulheres que representamos orgulhosamente e a quem o País tanto deve.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, passar ao período de votações.

Peço aos serviços que abram o sistema para que todos os Srs. Deputados possam registar-se e verificarmos o quórum.

Se algum Sr. Deputado tiver dificuldade em fazê-lo, agradeço que o sinalize à Mesa, por favor.

Pausa.

Algum dos Srs. Deputados ainda não conseguiu efetuar o respetivo registo?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, não consegui registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, fica registado em como está presente. Mais alguém?

Pausa.

Então, pode encerrar-se a verificação de quórum. Estão presentes 189 Srs. Deputados, portanto estamos em condições de darmos início às votações.

Começamos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 221/XVI/1.^a (BE) — Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho e às aulas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do PS e da IL.

Este diploma baixa à 9.^a Comissão.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 268/XVI/1.^a (BE) — Promove os direitos na gravidez e no parto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH e da IL.

Este diploma baixa à 9.^a Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 269/XVI/1.^a (BE) — Reforçar a saúde, a qualidade de vida e os direitos das mulheres na menopausa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para informar que o Chega vai apresentar uma declaração de voto sobre os Projetos de Lei n.ºs 221/XVI/1.^a, 268/XVI/1.^a e 269/XVI/1.^a, todos do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Vamos votar um requerimento, apresentado pela Iniciativa Liberal, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 274/XVI/1.ª (IL) — Estabelece o certificado de incapacidade recorrente e intermitente.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 280/XVI/1.ª (PAN) — Reforça os direitos da mulher no parto e no internamento no puerpério, das crianças com regimes alimentares vegetarianos ou veganos e dos jovens com cancro durante o seu internamento, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Este diploma baixa à 9.ª Comissão.

De seguida, votamos, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 281/XVI/1.ª (PAN) — Aprova a lei da saúde menstrual.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para informar que o Chega vai apresentar uma declaração de voto sobre os Projetos de Lei n.ºs 280/XVI/1.ª e 281/XVI/1.ª, ambos do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 286/XVI/1 (L) — Introduce um regime de faltas justificadas no local de trabalho e em estabelecimentos de ensino quando motivadas por menstruação incapacitante.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e da IL.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 287/XVI/1 (L) — Alarga o âmbito da consulta de planeamento familiar, que passa a abranger a saúde sexual e reprodutiva, da puberdade à menopausa e andropausa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.

Este diploma baixa à 9.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 302/XVI/1ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiose e que crie uma bolsa de investigação da doença.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL e do PAN e as abstenções do PS, do BE, do PCP e do L.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 303/XVI/1ª (CH) — Pela proteção da mulher grávida nos cuidados de saúde e no trabalho.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do PS, da IL, do BE, do PCP e do L.

Este diploma baixa à 10.^a Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 325/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda o reforço do apoio às mulheres com endometriose no Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Este diploma baixa à 9.^a Comissão.

Votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 329/XVI/1.^a (PS) — Constrangimentos nos serviços de ginecologia e obstetrícia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Este diploma baixa à 9.^a Comissão.

Avançamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 330/XVI/1.^a (PS) — Pela garantia e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo da vida, incluindo na menopausa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Este diploma baixa à 9.^a Comissão.

Finalmente, votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 331/XVI/1.^a (PCP) — Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Este diploma baixa à 9.^a Comissão.

O Sr. Secretário tem uma informação a dar à Câmara.

Faça favor.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, apenas para informar a Câmara que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, os seguintes Srs. Deputados: Carlos Silva Santiago, Carlos Cação e Hugo Patrício Oliveira, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata; João Azevedo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista; e Henrique Rocha de Freitas, do Grupo Parlamentar do Chega.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Quero lembrar que amanhã a sessão plenária começa às 15 horas, com a seguinte ordem do dia: debate com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento; debate conjunto, ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência húngara do Conselho da União Europeia e sobre o relatório anual quanto ao acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, previstos na alínea c) do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, juntamente com a apreciação do Projeto de Resolução n.º 318/XVI/1.^a (CAE) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2023»; debate, ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, com a presença do Governo, sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, previsto na alínea b) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Até amanhã. Bom descanso.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 59 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do CH Pedro Pinto não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.